

“Não houve erro, mas ação intencional”

Para Dino, Bolsonaro teve “ação criminosa durante a pandemia”

Marcos Correa - PR



General Santos Cruz: Todo dia o presidente tenta desmoralizar a vacina anti-Covid

O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria do Governo e um dos militares mais respeitados do país, fez duras críticas ao comportamento irresponsável de Jair Bolsonaro frente à pandemia de Covid-19 que já matou quase 265 mil brasileiros. “Sempre tem um responsável pelas coisas. O responsável é o presidente. Aquele que é eleito, ele tem que saber que ele é o responsável”, disse o general, em vídeo na internet. “O país está com uma política de Saúde Pública sem qualquer apoio racional do presidente. O responsável pelo desastre é ele”, afirmou. **Página 3**

União Química: “já podíamos dispor de oito milhões de doses da Sputnik”

O presidente da União Química, Fernando de Castro Marques, afirmou que sua empresa já poderia ter entregue a vacina Sputnik V em grande quantidade ao governo brasileiro. “Acho que todo rigor da Anvisa é importante, mas a pandemia não espera. As pessoas estão morrendo e precisam ser vacinadas”, disse. **P. 4**

“Ações sanitárias foram combatidas pelo Planalto”, diz secretário do ES

“Já havíamos abraçado a estratégia de “Leitos para todos” e com isso foi possível acolher nos leitos do SUS no Espírito Santo os pacientes do Amazonas, Rondônia e de Santa Catarina”, afirmou o Secretário de Saúde do Espírito Santo, Nécio Fernandes, em entrevista ao HP. **Página 4**



“Falta vacina por série de decisões absurdas”, apontou o governador

“que nós estamos assistindo”, disse o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), “é a ideologia do ódio elevada à enésima potência, transformada em apologia à morte e riso diante do sofrimento alheio”. “Estamos vivendo um ambiente institucional permanentemente conflagrado”, apontou. “No que se referiu à temática dos imunizantes, em que houve uma série de decisões absurdas para esse criminoso desabastecimento, porque não é algo que podemos adjetivar apenas como um erro, foi criminoso”, destacou Flávio Dino. **Pág. 3**

“Auxílio” de Bolsonaro sequer cobre metade da cesta básica



Compra da mansão por Flávio Bolsonaro tem vários pontos obscuros, da origem do dinheiro à falta de renda

Embora diversos setores da sociedade estejam defendendo a renovação imediata do auxílio emergencial de R\$ 600 – baseado no valor da cesta básica, ou seja, no mínimo necessário para a subsistência de uma pessoa adulta – o governo de Bolsonaro está pressionando o Congresso Nacional pela aprovação de um programa que pagará, em média, R\$ 250. O valor “compra” apenas 32% da cesta de São Paulo (R\$ 639,47), segundo pesquisa do Dieese de fevereiro de 2021. Em Florianópolis, a cesta alcançou R\$ 639,81; Porto Alegre, R\$ 632,67; Rio de Janeiro, R\$ 629,82 e Vitória, R\$ 609,27. **Página 2**

Tarja preta na escritura de 6 milhões de F. Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello considerou “condenável” o cartório que registrou a compra da mansão de R\$ 6 milhões do senador Flávio Bolsonaro ter escondido com tarjas pretas informações que deveriam ser públicas. **P. 3**

8 de Março: mulheres fazem ato “por vacinas e auxílio já!”

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), em conjunto com entidades do movimento social, sindical e de mulheres, realizou, neste 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, o ato “Frente

Ampla de Mulheres em defesa da vida e da democracia”. A atividade teve como bandeira a exigência imediata da vacinação da população e do auxílio emergencial no valor de R\$ 600. “É inaceitável

uma cesta básica a quase R\$ 700, consequência do aumento abusivo dos alimentos, do gás de cozinha, atingindo milhões de pessoas, que foram para a pobreza ou que voltaram para a pobreza.

São 40 milhões de pessoas desempregadas, ou subempregadas, e esse governo covarde continua colocando a culpa na pandemia”, afirmou Gláucia Morelli, presidente da CMB. **Página 5**

Vacina age e SP tem menos 70% de mortes acima de noventa anos

O número de mortes por Covid-19 entre idosos com mais de 90 anos na cidade de São Paulo caiu 70% entre janeiro e fevereiro de 2021, após o início da imunização do grupo prioritário, segundo informações da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. **Página 4**

Protesto por mais vacina no Paraguai abre crise no governo

Auxílio emergencial de Bolsonaro não cobre nem metade da cesta básica

Em 12 meses, ou seja, entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, o preço do conjunto de alimentos básicos teve alta em todas as capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Na pesquisa de fevereiro de 2021, quando o país já manifestava recortes diários de mortes pela Covid-19 e o auxílio emergencial já estava suspenso há dois meses, o preço da cesta básica estava em R\$ 639,47 em São Paulo, por exemplo. Em Florianópolis, alcançou R\$ 639,81, Porto Alegre, R\$ 632,67; Rio de Janeiro, R\$ 629,82, e Vitória, R\$ 609,27.

Embora diversos setores da sociedade estejam defendendo a renovação imediata do auxílio emergencial de R\$ 600 – baseado no valor da cesta básica, ou seja, no mínimo necessário para a subsistência de uma pessoa adulta – o governo de Bolsonaro está pressionando o Congresso Nacional pela aprovação de um programa que pagará, em média, R\$ 250. O valor “compra” apenas 32% da cesta de São Paulo.

“Nós acompanhamos os índices de custo de vida e fazemos a pesquisa nacional da cesta básica de alimentos. Estamos vivendo um processo inflacionário que afeta sobretudo as famílias mais pobres. Portanto, o valor de R\$ 600 para o auxílio emergencial é condizente com o valor da cesta básica”, defende Victor Pagani, supervisor técnico do Dieese.

O aumento acumulado em dozes meses de pandemia chegou a quase 30% em algumas capitais, tornando mais difícil a vida da legião de desempregados e trabalhadores informais que ficaram sem renda.

Concomitante ao aumento dos preços, o desemprego atingiu níveis históricos. A renda emergencial de R\$ 600, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, passou a ser a única fonte de sustento de milhões de brasileiros – que, contudo, foi cortada à metade pelo governo federal antes de ser definitivamente suspensa em 2021, em meio ao recrudescimento da pandemia da Covid-19 e da crise econômica. O ano passado, o Produto Interno Bruto encolheu 4,1% e as previsões para o primeiro trimestre deste ano são todas negativas.

“Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (7,5%), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em fevereiro, na média, 54,23% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em janeiro, o percentual foi de 54,93%”, diz o Dieese.

Inflação para os mais pobres atinge 6,27% em 12 meses

A inflação para os mais pobres avançou 0,40% em fevereiro, apontou o Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 da Fundação Getúlio Vargas. O IPC-C1 mede o impacto da variação de preços de produtos e serviços para famílias com renda mensal de um a 2,5 salários mínimos. O índice da FGV já havia registrado aumento de 0,15% nos preços em janeiro.

Em 12 meses, a inflação para os mais pobres está em 6,27%, enquanto o índice geral é de 5,42% acumulados no período.

Essa população contempla parte dos que ficaram sem qualquer renda durante a pandemia – desempregados e trabalhadores informais que foram socorridos pelo auxílio emergencial de R\$ 600, depois, reduzido à metade. A renda de emergência, contudo, foi suspensa em 2021, a despeito do recrudescimento do contágio, o alto nível de desemprego e a carestia.

As despesas que mais pesaram em fevereiro foram com habitação (0,17%) devido ao aumento da conta de luz e transportes (2,18%), pressionada pelo aumento da gasolina (6,98%).

A principal diferença entre o índice geral e o índice para os mais pobres está na ponderação da cesta de produtos e serviços. Para famílias mais pobres, por exemplo, alimentação costuma ter maior relevância e educação particular, dentro do total de despesas.

A cesta básica pesquisada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) chegou a custar, em fevereiro, mais de R\$ 630,00 em algumas capitais do país – comprometendo 54,23%, em média, o salário mínimo.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpdj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde de Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yaboo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá, 140 Curio-Útilis - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

PIB encolhe 4,1% em 2020. A maior queda em 25 anos



Urgência de Paulo Guedes, ministro da Economia, é arrochar servidores na pandemia

MP do auxílio emergencial só após promulgação da “PEC do arrocho”

O governo condicionou a edição da MP (Medida Provisória) do auxílio emergencial à promulgação da PEC 186/19, do ajuste fiscal, agora chamada de “PEC do arrocho”. A proposta foi aprovada nesta semana no Senado e poderá sê-la na Câmara na próxima semana, entre terça e quarta-feira (10). Segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a admissibilidade deverá ser aprovada na terça, e, o mérito, na quarta. Serão votados os dois turnos no mesmo dia.

De acordo com Lira, esta “tramitação especial” é uma maneira de viabilizar o auxílio emergencial já em março.

“A maioria dos líderes da Câmara dos Deputados manifestou apoio à tramitação especial — direto em plenário — da ‘PEC Emergencial’, como forma de garantir o pagamento do auxílio emergencial já em março”, afirmou Lira. Se de fato a Câmara aprovar o texto na quarta, na quinta-feira (11), o Congresso pode promulgar a PEC (proposta de Emenda à Constituição), já que é quase um ato administrativo do Poder Legislativo.

A ideia do governo, então, é editar a MP nesta primeira quinzena de março, para começar a pagar o benefício na segunda quinzena, a partir do dia 18 de março.

ESBULHO

O portal G1 veiculou na quinta-feira (4) e o Planal não contestou, que o governo não pretende votar a MP no Congresso para que o valor (R\$ 250) do auxílio não seja alterado para mais, já que há tendência de o Congresso aumentar o valor do benefício e também o prazo.

Por essa razão, o governo não abriu mão de que o período do auxílio seja de apenas quatro meses. É o período da eficácia de uma medida provisória, que vale por 60 dias, renovável por mais 60 dias.

Comércio varejista fecha 75 mil lojas em 2020

Em 2020, o comércio varejista brasileiro teve 75 mil lojas, com vínculos empregatícios, fechadas. O resultado reflete a diferença entre novas lojas abertas e lojas encerradas no ano, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgada no início deste mês.

A retração em 2020 é a maior desde 2016, cujo saldo negativo foi de 105,3 mil sob o impacto da maior recessão da história recente do país, entre 2015 e 2016.

Nenhum segmento do varejo apresentou expansão no número de estabelecimentos comerciais em 2020. Destacou-se negativamente o ramo de vestuário, calçados e acessórios com 22,29 mil unidades fechadas, seguido pelos

Trata-se de uma sordidez sem tamanho.

Desse modo, o período de concessão da ajuda emergencial vai ser pelo mesmo prazo de eficácia da MP.

PAGAMENTOS

A liberação do auxílio emergencial para beneficiários do Bolsa Família deve ocorrer conforme o próprio calendário de pagamentos do benefício original. Esse calendário só estará disponível se o governo definir o pagamento da primeira parcela em março, com o cronograma atual de pagamentos do BF.

Ou seja, os pagamentos podem começar no próximo dia 18, caso as prerrogativas (PEC 186) sejam aprovadas dentro do prazo que viabilize o pagamento do auxílio neste mês. O calendário do Bolsa Família para o mês de março é pelo número final do NIS (Número de Identificação Social) da Caixa. Assim:

NIS final 1 – recebem 18 de março; NIS final 2 – recebem 19 de março; NIS final 3 – recebem 22 de março; NIS final 4 – recebem 23 de março; NIS final 5 – recebem 24 de março; NIS final 6 – recebem 25 de março; NIS final 7 – recebem 26 de março; NIS final 8 – recebem 29 de março; NIS final 9 – recebem 30 de março e NIS final 0 – recebem 31 de março.

Segundo fontes ouvidas pelo jornal O Globo, as famílias em que há apenas mulheres com filhos terão direito a pagamentos no valor de R\$ 375. No caso de famílias com uma única pessoa, o valor pode ficar em R\$ 150. Para os demais casos, o valor padrão deve continuar R\$ 250.

Auxílio emergencial de R\$ 150: no caso das famílias compostas por apenas uma pessoa este vai o valor. O governo ainda elabora outros valores para este público, que podem ser de R\$ 125 ou R\$ 175.

Auxílio emergencial de R\$ 250: esta parcela vai ser o valor padrão. Esse

valor, então, vai ser destinado às famílias que possuem duas ou mais pessoas, com exceção clara, das mães chefes de família, as chamadas famílias monoparentais. Os critérios de renda serão os mesmos: meio salário mínimo por pessoa, até três mínimos no total, somando todas as rendas dos membros da família.

Auxílio emergencial de R\$ 375: esta parcela deve ser paga às mulheres chefes de família (monoparentais). O valor é 50% maior do que o benefício padrão (R\$ 250). Na primeira fase do auxílio emergencial, as mães chefes de família tinham direito a duas cotas. Recebiam R\$ 1.200, na primeira fase, e R\$ 600, na segunda.

Das medidas financeiro-orçamentárias de combate à pandemia, a que mais requereu recursos foi o auxílio emergencial, articulado pelo Congresso em março de 2020.

O benefício para os trabalhadores informais e autônomos foi pago a 67,8 milhões de brasileiros ao longo dos meses de pandemia em 2020 – primeiro com valor de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para famílias monoparentais) e, a partir de setembro, de R\$ 300 (R\$ 600 para famílias monoparentais). O auxílio emergencial representa mais da metade dos gastos do governo no combate à pandemia.

Foram R\$ 322 bilhões. Este foi o montante previsto do auxílio emergencial. Até 22 de dezembro de 2020, R\$ 294 bilhões haviam sido pagos no programa.

O que o governo pretende pagar agora – R\$ 44 bilhões – representa algo em torno de apenas 13,67% do que foi gasto na primeira e segunda fases do programa, em 2020, mesmo diante do agravamento brutal da pandemia e das condições econômicas e sociais do país – desemprego, arrocho na renda, carestia, etc.

MARCOS VERLAINE

Além do tomo histórico, o PIB per capita também teve queda recorde, de 4,8%, diz o IBGE. A indústria encolheu 3,5% e o setor de serviços, 4,5%. Só a agricultura cresceu

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil despencou 4,1% em 2020, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na manhã desta quarta-feira (3). Isso significa que a atividade econômica do país, no ano da pandemia, registrou a maior queda em 26 anos, desde o início da série histórica atual de cálculo do PIB, iniciada em 1996.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e sua variação serve como indicador da atividade econômica. Em valores correntes, o resultado foi de R\$ 7,4 trilhões em 2020. Já o PIB per capita (por habitante) foi de R\$ 35.17, com queda de 4,8% na comparação com o ano anterior – a maior já registrada nos últimos 25 anos.

De acordo com o IBGE, o atual patamar é semelhante ao que a economia brasileira se encontrava entre o final de 2018 e início de 2019, e 4,4% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no 1º trimestre de 2014.

A pandemia de Covid-19, que paralisou todo o mundo em 2020, chegou ao país com uma economia já fragilizada. Depois de dois anos seguidos de recessão em 2015 e 2016, a reação da atividade foi pífia, com variações positivas em torno de 1% de 2017 a 2019. A combinação desses fatores se somou ao negacionismo de Jair Bolsonaro frente à pandemia da Covid-19 e à condução da política econômica de Paulo Guedes, que afirmava que a economia estava levantando voo e que crescia em “V”.

Ao contrário das principais países do mundo que promoveram uma série de medidas para conter o avanço da doença, salvar vidas e a economia, o governo Bolsonaro fez de tudo para impedir que o auxílio emergencial chegasse a milhões de brasileiros, trabalhadores e desempregados. Paulo Guedes, no início da crise sanitária propôs um vale de R\$ 200 reais e apresentou ao Congresso suas Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que visam desmontar o Estado brasileiro, além da proposta de entregar as estatais ao capital externo.

Diante do desemprego recorde, queda na renda e de empresas fechando, Guedes continuava dizendo que a economia estava se recuperando e que ia “surpreender o mundo”.

No dia anterior à divulgação do PIB, disse que a economia ia cair um pouco mais de 3%, “bem menos do que previam que ia cair”. O que Guedes não disse é que o tomo não foi maior graças ao Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e contra sua vontade.

Além de negar os números oficiais, Bolsonaro e Guedes negam o número de vidas ceifadas, e a irresponsabilidade deles, que nada fazem para impedir o avanço da pandemia e da recessão. Há dois meses protelam a renovação do Auxílio Emergencial, criam todo tipo de dificuldade para aquisição de vacinas e a aceleração da vacinação em massa. E ainda chantageiam o Congresso dizendo que só aprovam o Auxílio Emergencial com “contrapartidas fiscais”: tirar recursos da Saúde, da Educação e arrochar os servidores públicos, como corte nos salários.

No ano passado, quando já se manifestava um novo aumento de contaminações e mortes, Guedes tirou férias. No dia anterior da divulgação do PIB, na terça-feira (2/3) quando o número de mortes diária atingiu 1.726 óbitos, maior número desde o início da pandemia, Guedes declarou que o Brasil está na “cauda” da pandemia. “Se vem a segunda onda da pandemia da Covid-19, o País vacinará em massa”, disse, quando o Brasil já se encontra atrás apenas dos

Estados Unidos em número absoluto de mortes.

O resultado do negacionismo de Bolsonaro levou a uma queda generalizada em todos os setores da economia. Apenas a agropecuária teve variação positiva em 2020, ainda assim, muito pior do que a dos anos anteriores, beneficiada pelo preço das commodities.

Serviços: -4,5%
Indústria: -3,5%
Consumo das famílias: -5,5%
Consumo do governo: -4,7%
Investimentos: -0,8%
Exportação: -1,8%
Importação: -10%
Construção civil: -7%

Ainda que esse seja o cenário, um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo afirma que, sem o pagamento do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional para quase 68 milhões de brasileiros ano passado, a queda do PIB teria sido de, pelo menos, 8,4%. O pagamento da renda de emergência, que foi equivalente a 4% do PIB, seguiu o consumo das famílias, fazendo com que o dinheiro tenha circulado na economia.

SERVIÇOS

O setor de serviços representa cerca de 70% da formação do PIB e teve o pior resultado entre os setores (-4,5%), contribuindo para o tomo histórico.

“Os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente. A segunda maior queda ocorreu nos transportes, armazenagem e correio (-9,2%), principalmente o transporte de passageiros, atividade econômica também muito afetada pela pandemia”, destacou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Entre os subcomponentes dos serviços, o maior tomo foi em “outras atividades de serviços” (-12,1%), categoria que inclui restaurantes, academias, hotéis. Esses setores foram largamente afetados e tiveram dificuldades de acessar programas emergenciais e de crédito para que não fechassem as portas. Esses serviços chegaram a ter 18% de participação no PIB dos serviços, recuando para 16,2% em 2020.

INDÚSTRIA

O setor industrial teve o seu pior ano dos últimos cinco, com queda de 3,5%. A construção civil teve o pior desempenho dentre as atividades (-7%), seguido da indústria de transformação (-4,3%). Neste último, entra o grande impacto da indústria automobilística.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

O consumo das famílias teve o pior desempenho da série histórica (-5,5%), o que “obviamente seria pior se não fossem esses auxílios”, disse Rebeca Palis.

CONSUMO DO GOVERNO E INVESTIMENTOS

Apesar de a pandemia ter exigido mais gastos públicos, em 2020 também houve recorde no consumo do governo (-4,7%). O mesmo movimento se viu nos investimentos: a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 0,8%.

PERSPECTIVAS PARA 2021

Após o tomo histórico, o ano de 2021 começa com novo recorde no número de infecções e mortes pela Covid-19, vacinação em ritmo lento, desemprego a níveis recordes e nenhum socorro emergencial.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) já antecipa projeções de que 2021 não recuperará as perdas de 2021, mas defendem que a renovação do auxílio emergencial, além de salvar vidas, pode diminuir esse impacto e ajudar a economia.



Divulgação/Ministério da Justiça

General Carlos Alberto dos Santos Cruz “Todo dia o presidente tenta desmoralizar a vacina”, diz o general Santos Cruz

“O responsável pelo desastre é ele”, afirmou

O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria do Governo e um dos militares mais respeitados do país, fez duras críticas ao comportamento irresponsável de Jair Bolsonaro frente à pandemia de Covid-19 que já matou quase 265 mil brasileiros. “Sempre tem um responsável pelas coisas. O responsável é o presidente. Aquele que é eleito, ele tem que saber que ele é o responsável”, disse o general, em vídeo publicado esta semana.

Santos Cruz afirmou que “essa é uma pandemia que é absolutamente mal coordenada, mal liderada, sem liderança nenhuma desde o início”. “Disseram que o STF não deixava trabalhar e aí o responsável é o prefeito, é o governador. Daí veio a politização do medicamento, não conseguiram discutir tecnicamente os assuntos”, acrescentou o militar.

Em sua opinião, “o país está com uma política de Saúde Pública sem qualquer apoio racional do presidente”. “O governo não assumiu a liderança. E eu coloco acima de tudo a falta de liderança, de não saber conduzir o processo, de não querer conduzir o processo e a permanente sabotagem e tentativa de desmoralização de todas as medidas tomadas”, apontou o general. “Houve erro? Houve erro. Então o presidente devia dizer ‘eu sou o responsável por causa disso e disso’”, sentenciou.

Santos Cruz disse que é difícil avaliar a responsabilidade do Pazuello (Ministro da Saúde) por esse desastre que é a administração da pandemia. “Porque você tem uma autoridade que todo dia tenta desmoralizar a vacina”, destacou.

“Não tem problema você aproveitar alguns militares em seu governo. Não tem problema nenhum, você tem algumas pessoas que têm capacidade para auxiliar em um plano de governo. Mas você não pode deformar a representação social nos diversos escalões”, disse o general.

“A percepção da população é de que as Forças Armadas estão comprometidas com a prática de governo. E uma prática de governo que não tem nada de admirável”, observou o ex-ministro. “Uma prática de governo que tem crise todo dia – não é nem crise, que tem show todo dia. Então não é bom você confundir isso aí com as Forças Armadas”, prosseguiu Santos Cruz.

“Não tem nada de mais o presidente substituir o presidente da Petrobrás. O problema não é trocar, nem por quem trocar. O problema é o show. Se você faz uma troca e mostra a nova estratégia...” “Não, mas aí você troca, tem esse show todo. No outro dia milícia toda se mobiliza para dizer que o ex-presidente é um crápula, que não trabalha, que ganha muito, que não sei o que”, disse.

“Mas você não diz se a nova estratégia ser baixar o salário. Mais do que nunca, precisa se unir para não deixar ser arrastado para a política de governo. Não pode deixar. Isso aí é proposital, o governo tem tentado arrastar. Tem algumas vivandearias aí que ficam empurrando as Forças Armadas para ser arrastada pela correnteza da política e o pessoal não pode e não vai deixar. Eu vejo que as Forças Armadas estão perdendo com isso”, finalizou o general.

“Ação de Bolsonaro na pandemia foi um crime”, afirma Flávio Dino



Reprodução

Governador do Maranhão participou de uma live onde avaliou o combate ao vírus

Ministro do Supremo condena tarja preta na escritura da mansão de R\$ 6 milhões de Flávio Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, disse que o cartório que registrou a compra da mansão de R\$ 6 milhões do senador Flávio Bolsonaro ter escondido informações que deveriam ser públicas é “condenável” e contraria a Constituição.

“É tudo muito ruim em termos de avanço cultural. A boa política pagou um preço incrível, abandonando a transparência e a publicidade. Algo condenável a todos os títulos”, disse Mello ao Estádio.

“É incompreensível a omissão. É por que omitir? Há alguma coisa realmente que motiva esse ato? Porque nada surge sem uma causa”, continuou.

O 4.º Ofício de Notas do Distrito Federal, que fica em Brazlândia, a 50 km do centro de Brasília, omitiu dos documentos da compra da mansão os números dos documentos, como CPF e CNPJ, de Flávio Bolsonaro e sua esposa, Fernanda Antunes Figueira Bolsonaro, assim como a renda do casal.

O ministro Marco Aurélio Mello disse que a Constituição Federal afirma que “atos administrativos, como no caso o ato do cartório, são públicos, visando ao acompanhamento pelos contribuintes e a busca de fiscalização”.

Mello também levantou suspeita sobre o cartório escolhido pelo filho de Jair Bolsonaro. “É estranho que não se tenha feito a escritura num cartório de Brasília propriamente dita”.

Flávio Bolsonaro é acusado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de ter desviado R\$ 6,1 milhões em um

esquema de rachadinha que criou no seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), quando era deputado estadual.

Segundo o senador, o dinheiro utilizado para comprar a mansão veio da venda de um apartamento e de sua parte da franquia da Kopenhagen, na Barra da Tijuca.

Os advogados de Flávio disseram que ele quitou R\$ 1,09 milhão da parte paga à vista, o que deixaria R\$ 1,74 milhão desfalando.

Porém, os documentos do cartório informam que a parcela paga à vista foi quitada.



Reprodução

A mansão que Flávio Bolsonaro comprou

Senadores e movimentos sociais aumentam cobrança por CPI da Pandemia no Congresso

A pressão pela abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia aumentou depois das falas de Jair Bolsonaro contra o uso de máscara e as medidas de prevenção contra a Covid-19.

Diversos senadores e líderes partidários deram declarações exigindo a abertura da CPI.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ex-governador do Ceará, disse que “só há essa maneira de se dar um freio a essa irresponsabilidade: o governo saber que existe um contrapeso. O Senado tem essa responsabilidade histórica”.

“Não quero prender ninguém, não quero criminalizar ninguém, o que eu quero é que o Senado assuma o seu fator como contrapeso para fazer com que as ações do governo central, já que não são efetivas, pelo menos não sejam negativas”, disse.

Durante a semana, Jair Bolsonaro chamou de “mimimi” o lamento dos que perderam familiares para a pandemia e criticou o distanciamento social. “Onde vai parar o Brasil se nós pararmos?”, disse.

“Tem idiota que diz ‘vai comprar vacina’. Só se for na casa da sua mãe”, disse o presidente da República.

um rumo”, disse.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que apresentou o pedido de abertura de CPI à presidência do Senado, disse que ainda acredita que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vai abri-la.

Segundo ele, a instalação da Comissão não é “para perseguir quem quer que seja na CPI”. “Não é para querer colocar na prisão quem quer que seja, não é para criar qualquer tipo de fato político, mas uma comissão com a mediação necessária para impedir que o negacionismo triunfe”, declarou.

O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) disse que “é hora de parar esse cara. Esse cara se chama Jair Bolsonaro. Chega, cara! Você está brincando com a gente”.

Alvaro Dias (Podemos-PR) informou que o partido também está apoiando a abertura da CPI.

“Nós não podemos ficar passivamente assistindo a esse triste espetáculo de vidas que perdemos todos os dias, e a cada dia mais, diante da irresponsabilidade de alguns, do negacionismo de outros, da politização de tantos, diante especialmente dessa radicalização que se pretende, jogando uns contra os outros, jogando governadores contra a população”, afirmou.

Os senadores do PT, Paulo Rocha (PA), líder do partido, Paulo Paim (PT-RS) e Humberto Costa (PT-PE) também deram declarações favo-

ráveis à CPI.

De acordo com Paulo Rocha, “o objetivo não é ser uma CPI genérica, mas direcionada à questão da saúde. O que Bolsonaro está fazendo alavanca a nossa força para instalá-la. O que ele fez no Ceará, na semana passada, por exemplo, só justifica a instalação”.

No fim de fevereiro, Bolsonaro visitou o Ceará, criticou as medidas de prevenção e promoveu aglomerações.

Para Paulo Paim, “o Senado tem que mostrar ao povo que está aí e quer fiscalizar, quer ver o que está acontecendo. Uma CPI, para mim, não é contra, ou então não é Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI vai ver o que está acontecendo, e para ajudar o povo brasileiro”.

Humberto Costa afirmou que “é papel e função do Poder Legislativo a fiscalização das ações do Poder Executivo, de outros entes e de outras instituições em nosso país e, certamente, serve também como instrumento de pressão para que aqueles que estão se omitindo das suas responsabilidades possam cumprir o seu papel”.

Organizações da sociedade civil lançaram um site pedindo para pressionar pela abertura da CPI.

Os movimentos Acredito, Agora!, Extremos Não, Vem Pra Rua, Ocupa Política, Livres e Política Viva fizeram um site com o e-mail e redes sociais dos senadores para que a população possa pressioná-los pela instalação.

“Estamos vivendo um ambiente institucional permanentemente conflagrado”, apontou o governador do Maranhão, que comparou o governo Bolsonaro aos fascistas do século XX

Em debate organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na sexta-feira (5), o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fez uma radiografia do desastre provocado pelo negacionismo de Bolsonaro sobre o país e afirmou que “há uma terrível coerência entre os postulados fascistas do século XX e o neofascismo do século XXI”.

“Isso que nós estamos assistindo”, disse ele, “é a ideologia do ódio elevada à enésima potência, transformada em apologia à morte e riso diante do sofrimento alheio”. “Estamos vivendo um ambiente institucional permanentemente conflagrado”, apontou.

O governador denunciou o que ele chamou de violação da própria ideia de federação. “Os estados estão agindo como se fossemos uma confederação atuando com níveis diferentes de eficiência e de engajamento, mas em busca de saídas enquanto que a essência do regime federal, que é exatamente o cotejo das autonomias dos entes subnacionais com uma coordenação nacional, não se verifica”, disse ele. “E isso nós verificamos desde fevereiro do ano passado”, acrescentou.

“Desde aquele mês, em que pese a aprovação da lei reguladora do combate à pandemia, a lei 13.979, mas na implementação da lei, e eu posso falar como testemunha direta da história, já não havia os instrumentos de execução e de concretização das medidas necessárias no que se refere, por exemplo, à aquisição de insumos, ou seja o que nós estamos vendo em relação às vacinas, é a história anterior dos respiradores, das máscaras, das luvas e assim sucessivamente”, observou Flávio Dino.

“O que eu disse anteriormente sobre a congruência do fascismo do século XX com o que acontece agora, a maneira descuidada com que se conduz a aquisição de insumos, nós temos um outro elemento também, que salta aos olhos, que é esta resistência, esse combate do governo federal em relação às medidas sanitárias preventivas”, disse o governador. Ele disse que isso atingiu o ápice quando Bolsonaro insinuou que todos os profissionais de saúde no Brasil são suicidas. “Se o presidente da República difunde que o uso de máscara faz mal e pode levar ao suicídio, nós teríamos que concluir que todos os profissionais de Saúde são suicidas”, ironizou.

Flávio Dino avaliou que o momento porque passa o país é grave. “Vivemos um momento de agravamento, isso é óbvio, está em todos os indicadores. Não temos os instrumentos de superação, uma vez que houve o retardamento de uma série de medidas”, disse ele. “Nós tivemos que judicializar isso em meio ao Supremo. E também no que se referiu à temática dos imunizantes, em que houve uma série de decisões absurdas para esse criminoso desabastecimento, porque não é algo que podemos adjetivar apenas como um erro, foi criminoso”, destacou Flávio Dino.

Além do que Flávio chamou de atuação cooperativa horizontal, ele pontuou aspectos positivos na atuação do Superior Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, nas presidências de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre. Ele apontou que o país está vivendo um enfraquecimento das atuações dos Estados, pelos limites desta própria atuação, e também que a população está estressada. “Uma coisa é você fazer o isolamento com a ajuda emergencial de R\$ 600, outra coisa é tentar fazer isso ou necessitar fazer isso sem auxílio emergencial”, observou.

Na opinião de Flávio Dino, o Congresso Nacional, que antes ajudava, mesmo com todas as limitações, agora já há mais dificuldades de fazer fluir uma agenda. “Basta que nós examinemos o que ocorreu em relação ao auxílio emergencial. Este texto aprovado no Senado. E esse inusitado sequestro. O auxílio emergencial virou um refém, e para o refém ser libertado, tem que pagar um resgate. Qual é o resgate? É a PEC dita emergencial, que contém uma série de anomalias e disfunções sobretudo a sua de origem, pretender colocar na Constituição uma determinada visão ideológica sobre a economia brasileira”, denunciou.

“A meu ver pretendendo, de modo prepotente, perenizar algo sujeito às contingências da vida, da política e mesmo do mercado. Vejam o desastre que foi a intro-

dução do teto de gastos na Constituição, o único país do planeta que fez isso. Querem de novo perenizar determinadas visões macroeconômicas, de projetos econômicos para que se tenha o auxílio emergencial”, alertou.

“Para termos um auxílio emergencial tímido e limitado, no que se refere aos beneficiados e no que se refere ao valor, é preciso pagar esse resgate, que é a aceitação deste pacote de estrangulamentos ao futuro de nossa nação. E evidentemente que esse auxílio emergencial é incapaz de dar conta da dramaticidade da conjuntura da pobreza e da fome que assola o nosso país, inclusive em face da inflação de alimentos que estamos vivenciando já há 12 meses”, assinalou o governador do Maranhão.

Participaram do debate, além do governador do Maranhão, Flávio Dino; o prefeito de Araquara, Edinho Silva; o ex-presidente da Anvisa, Gonzalo Vecina; o professor de economia e presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Corrêa de Lacerda; o médico sanitário, Cláudio Maierovitch; também ex-presidente da Anvisa; a secretária executiva do Cosems, Aparecida Linhares Pimenta; e a procuradora regional do Trabalho e vice-coordenadora do GT Covid-19 do Ministério Público do Trabalho, Márcia Kamei Aliaga.

Médico sanitário e presidente do Conselho Superior da Sociologia e Política, o professor Ubiratan de Paula Santos contou que a ideia de fazer esse debate é um esforço de contribuição para uma situação grave que vivemos hoje, lembrando que mesmo quando os números diminuíram no segundo semestre do ano passado eles ainda eram altos, a pandemia nunca arrefeceu. Por isso, o debate traz pessoas que estão lidando com esse problema direto na máquina pública e outros que estudam esses temas e podem contribuir para o debate.

“O momento é de gravidade, porque o ano todo nós não temos uma coordenação nacional conforme. Temos na coordenação nacional uma pessoa que é sócia do coronavírus, que promove práticas que nos impedem de ter uma eficiência maior no controle dessa pandemia”, comentou.

O diretor-geral da instituição, Angelo Del Vecchio, no início do evento, explicou que a Sociologia e Política – Escola de Humanidades promove esse debate porque faz parte de sua tradição tocar onde a questão social é mais aguda, e hoje ela é mais aguda no caso da pandemia.

“Além de ser uma desgraça mundial, é também uma desgraça social que atinge com mais violência os pobres e os excluídos da sociedade. Isso já justificaria nossa iniciativa. Em 1933, quando nascemos, o ponto mais agudo da questão social era o do salário mínimo. A primeira pesquisa criada para cálculo da cesta básica foi realizada na escola e foi precursora do salário mínimo”, lembrou, destacando também as relações históricas entre a medicina e a sociologia brasileira.

Grande parte das pessoas ainda não entendeu que estamos diante de um vírus de transmissão aérea, destacou o médico sanitário, ex-presidente da Anvisa, e professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e da FGV-SP, Gonzalo Vecina. “Os números já são mais assustadores do que os da gripe espanhola e as pessoas não entendem que se elas não usam máscara, se transformam em difusoras diretas do vírus”, explicitou.

O médico destacou também que os erros do governo no âmbito dos ministérios da Saúde e das Relações Exteriores atrasaram consideravelmente a capacidade do Brasil em vacinar e produzir vacinas. “Temos oito milhões de vacinas entregues, isso não é nada. Essa epidemia só para com vacinas”, defendeu, lembrando que iniciativas de outros entes federativos em tentar comprar vacinas é problemática, porque só aumentariam as desigualdades sociais.

“E essa desigualdade tem marcas, quem tem dinheiro tem vacina, quem não tem dinheiro, não tem? Não tem cabimento nenhum local chegar na vacina e outros não. Temos de estruturar alguma alternativa que leve os Estados a fazer um consórcio, se for o caso, para substituir o Ministério da Saúde”, defendeu.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Com informações do site da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Fachin remete processos de Lula para novo julgamento

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, na segunda-feira (8), que a 13ª Vara Federal de Curitiba não é competente para julgar os crimes de Lula e anulou suas condenações.

Com a decisão monocrática, Lula volta a ser elegível.

Para Fachin, a 13ª Vara Federal de Curitiba não “era o juiz natural dos casos”, ou seja, não deveria ter sido a responsável pelos julgamentos.

Por serem relacionados à Petrobrás e sua subsidiária, a Transpetro, os crimes deveriam ter sido julgados em Brasília, disse. Os processos serão enviados para Justiça Federal do Distrito Federal.

Ainda não há data para que a decisão de Edson Fachin seja discutida pelos demais ministros do STF.

Para o líder do Cidadania na Câmara e autor da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que possibilita a prisão após condenação em segunda instância, deputado Alex Manente (SP), a decisão de Fachin é “lamentável” e um “retrocesso no combate à corrupção e impunidade”.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), declarou que sua “maior dúvida é se a decisão monocrática foi para absolver Lula ou Moro”. “Lula pode até merecer. Moro, jamais!”, completou Lira.

A 13ª Vara Federal de Curitiba era responsável por quatro processos envolvendo o ex-presidente Lula, sendo eles o do Triplex de Guarujá, o Sítio de Atibaia, e os do terreno e das doações para o Instituto Lula.

Lula já tinha sido condenado em pelo menos duas instâncias nos processos do Triplex e do Sítio de Atibaia. Ele ficou preso 1 ano e 7 meses, mas foi solto após o STF mudar o entendimento sobre a prisão após condenação em segunda instância. Mais informações em www.horadopovo.com.br

Secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes:

Planalto combate medidas sanitárias e agrava a crise

Secretário criticou a falta de oferta de vacinas pelo governo federal. “Chegamos a 2021 com muitas vacinas anunciadas e poucas distribuídas”, disse

O Secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes, afirmou, em entrevista ao HP neste domingo (7), que o governo do Estado tem seguido rigorosamente o planejamento e as orientações técnicas emanadas pelo comando do SUS e que isso garantiu uma ação coordenada e eficaz durante a crise. “Já havíamos abraçado a estratégia de ‘Leitos para todos’ e com isso foi possível acolher nos leitos do SUS no Espírito Santo os pacientes do Amazonas, Rondônia e de Santa Catarina”.

“Na saúde, atualizamos a Agenda de Resposta Rápida da Atenção Primária, um conjunto de medidas de mobilização da atenção básica no SUS para ampliar a capacidade de diagnóstico, isolamento, monitoramento e testagem nos bairros”, disse o secretário. “Nunca fizemos lockdown”, destacou. Ele afirmou que, semanalmente, o governador Renato Casagrande lidera e reúne a Sala de Situação que avalia a situação da Pandemia no Estado e atualiza as decisões no enfrentamento a mesma.

O chefe da Saúde do Espírito Santo avalia como desastroso o ritmo da vacinação no Brasil. “Vivemos em 2021 o reflexo do colapso da experiência brasileira no enfrentamento à pandemia em 2020. Sem coordenação nacional, com todas as medidas sanitárias sendo combatidas pela principal liderança da nação. Perdemos o tempo das decisões oportunas”, observou o secretário.

Leia a entrevista na íntegra:

HORA DO POVO: O agravamento da pandemia está se dando em praticamente todo o território nacional. Mesmo assim, o Espírito Santo está prestando ajuda e até recebendo pacientes de Santa Catarina. Como vocês estão conseguindo prestar essa ajuda?

NÉSIO FERNANDES: Vivemos etapas distintas da pandemia no Brasil. No início da pandemia o Espírito Santo foi o terceiro Estado a diagnosticar casos de coronavírus no País. No segundo semestre de 2020 investigações feitas pelo nosso Laboratório Central identificaram anticorpos para SARS-COV-2 em pacientes doadores de sangue com data de coleta do início de fevereiro e de sintomas em janeiro. Paciente sem relato de viagem ao exterior, de região turística do litoral capixaba. Vivemos em todo o território estadual duas expansões bem desenhadas da doença, uma iniciada na segunda quinzena de abril e outra em novembro. A partir da segunda quinzena de janeiro, vivemos nova fase de recuperação da segunda expansão.

Em dezembro, previmos que, pela sazonalidade das doenças respiratórias, deveríamos viver nova fase de aceleração da curva de casos nos meses de março e abril. Esses três cenários foram previstos com meses de antecedência pelo comando do SUS no Espírito Santo. Em abril de 2020, abraçamos a iniciativa da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) e lançamos a estratégia “leitos para todos”, na primeira onda disponibilizamos 715 leitos de UTI-COVID, na segunda 694 e, agora, projetamos mais de 900 leitos de UTI-COVID para resistir à terceira expansão da doença. A partir da segunda quinzena de janeiro, vivemos a fase de recuperação da segunda expansão, que coincidiu com a fase de aceleração de outros Estados. Dessa forma foi possível acolher nos leitos do SUS no Espírito Santo os pacientes do Amazonas, Rondônia e de Santa Catarina.

HP: Quais medidas vocês, no Espírito Santo, estão tomando diante do agravamento da pandemia?

NF: Somos um Estado com 78 municípios e com 4 milhões de habitantes, sendo 3 milhões população SUS-dependente. Semanalmente, o governador Renato Casagrande lidera e reúne a Sala de Situação que avalia a

situação da Pandemia no Estado e atualiza as decisões no enfrentamento da mesma. Adotamos desde abril de 2020 uma matriz de risco que reconhece o risco de cada município e define medidas qualificadas de restrição das atividades econômicas e sociais dependendo do risco ser baixo, moderado, alto ou extremo. Nunca fizemos lockdown.

Na saúde, atualizamos a Agenda de Resposta Rápida da Atenção Primária, um conjunto de medidas de mobilização da atenção básica no SUS para ampliar a capacidade de diagnóstico, isolamento, monitoramento e testagem nos bairros. Além de ampliar a capacidade do LACEN-ES para realizar 3.500 RT-PCR/dia e credenciar seis laboratórios da rede privada, estamos comprando 250 mil testes rápidos de antígenos que serão distribuídos em todos os níveis de atenção à saúde no Estado. Decidimos antecipar as expansões do SAMU-192 para todo o Estado. No início do governo, somente 18 municípios tinham a cobertura do mesmo e podemos alcançar 100% de cobertura até abril.

Além disso, em dezembro deliberamos novas obras e a ampliação de leitos na rede própria, filantrópica e privada, antes da pandemia tínhamos 660 leitos de UTI no SUS, já são 1.300 hoje, e até abril passaremos a 1.500 leitos de UTI disponíveis para a rede pública, sendo 900 para atender pacientes respiratórios suspeitos de COVID-19.

Outro movimento é o de comprar vacinas. Desde o ano passado, o governador Renato Casagrande autorizou a negociação para compra de vacinas e temos diversas negociações em aberto. Estão reservados 200 milhões de reais para a compra, que poderão representar de 2 a 3,5 milhões de doses, dependendo do valor. Também decidimos comprar os equipamentos para a realização da vigilância genômica no Estado, o que permitirá reconhecer com maior velocidade o comportamento futuro da pandemia e de suas potenciais variações.

HP: Como você está vendo o ritmo de vacinação no Brasil e como avalia a atuação do governo federal e, particularmente, os últimos posicionamentos de Jair Bolsonaro?

NF: É desastroso o ritmo da vacinação. Vivemos em 2021 o reflexo do colapso da experiência brasileira no enfrentamento a pandemia em 2020. Sem coordenação nacional, com todas as medidas sanitárias sendo combatidas pela principal liderança da nação, fracassamos como país.

Chegamos a 2021 com muitas vacinas anunciadas e poucas distribuídas. Perdemos o tempo das decisões oportunas. Aqui no Espírito Santo podemos vacinar um milhão de pessoas por mês, até agora foram 160 mil doses aplicadas, 80% das doses que recebemos. Podemos muito mais, mas falta o insumo.

HP: Que recado você mandaria para a população num momento grave como este?

NF: Acredite na ciência, nas autoridades sanitárias, não subestime a doença. Independente da variante, usar máscaras, higienizar superfícies e as mãos, o distanciamento social, a avaliação médica com isolamento e testagem de suspeitos e contatos deve ser feita. Muitas pessoas deixaram de dar valor aos sintomas leves da doença e acabam não se isolando e procurando devida avaliação médica e testagem.

Diante de qualquer sintoma é fundamental procurar um serviço de saúde. Não tomem medicamentos sem evidência científica. Eles dão falsa sensação de tratamento/cura e os pacientes acabam evoluindo com dano pulmonar em casa e chegando tardiamente ao hospital com insuficiência respiratória já estabelecida piorando o prognóstico da internação. Combata as fake news e defenda as vacinas.

SÉRGIO CRUZ



Nésio Fernandes explicou que a ampliação dos leitos de UTI possibilitou estado a acolher pacientes do Amazonas, de Rondônia e Santa Catarina

Com vacinação, mortes de idosos acima de 90 anos caem 70% na cidade São Paulo

O número de mortes por Covid-19 entre idosos com mais de 90 anos na cidade de São Paulo caiu 70% entre janeiro e fevereiro de 2021, após o início da imunização do grupo prioritário, segundo informações da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Nenhum idoso na faixa de vacinação morreu no mês de março. Em contrapartida, foram registrados 127 óbitos em janeiro desde ano. Já o número de pacientes internados na capital caiu de 246 em janeiro para somente 3 em março.

Os casos de infecção também tiveram uma queda drástica. Apenas 4 em março, após serem notificados 144 em fevereiro e 380 em janeiro. O boletim informa também que nenhum idoso com mais de 95 anos contraiu a Covid-19 neste mês.

Os dados compreendem o período das primeiras semanas de aplicação da primeira dose do imunizante contra a Covid-19 na capital paulista, que começou em 5 fevereiro.

Para especialistas, a redução principalmente nas mortes de idosos acima de 90 anos pode já estar refletindo os efeitos da aplicação das vacinas entre os idosos da cidade.

Assim como em São Paulo, em Pernambuco, um levantamento da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE) também mostrou, ainda em dados preliminares, uma diminuição no número de solicitações de leitos de UTI para idosos com mais de 85 anos com Covid-19 no estado após o início da vacinação.

De acordo com a SES-PE foram 15 pedidos por UTI a menos entre a segunda semana de fevereiro, quando foram 51 registros, e a última semana desse mesmo mês, que contou com 36, uma diminuição de 29%.



Nenhum idoso na faixa de vacinação morreu vítima da Covid-19 no início do mês de março

Os dados preliminares apontam, inclusive, para uma redução de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag). Na última semana de janeiro foram registrados 71 casos de Srag nessa faixa etária, enquanto na última semana de fevereiro foram 53 casos, redução de cerca de 25%.

Uma outra forma direta de analisar os benefícios da vacinação é avaliar o sistema funerário. No caso de Manaus é mais emblemático, pois nos piores períodos da pandemia na capital do Amazonas, os enterros mais que dobraram e o sistema funerário ficou estrangulado.

A média de enterros diários em Manaus teve uma queda de 67,1% nas últimas sete semanas, segundo a Prefeitura. De 28 de fevereiro a 6 de março, a capital registrou o menor índice de sepultamentos de 2021, após ter alcançado recordes desde o início da pandemia.

Entre 17 e 23 de janeiro deste ano, foram registrados 1.272 sepultamentos, uma média de 181,71 enterros diários - maior índice registrado em 2021. Nesta última semana, aconteceram 418

sepultamentos. Uma média de 59,71 enterros por dia. Antes da pandemia, eram realizados, em média, 30 enterros diários.

No começo deste ano, a segunda onda da Covid-19 chegou ao Amazonas. Já em janeiro, hospitais da capital ficaram superlotados, faltou oxigênio e pessoas morreram asfixiadas. A situação ficou pior do que a Esse segundo surto superou os recordes registrados no primeiro, ocorrido entre abril e março do ano passado.

Para o infectologista da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) Renato Kfour, os dados são ainda preliminares em relação aos efeitos da imunização, mas “bastante animadores sobre a efetividade das vacinas na vida real das pessoas”.

“São dados bastante preliminares e é preciso esperar os números de março e abril para que tenhamos uma conclusão efetiva. Mas se os números se mantiverem, é um resultado fantástico e confirma aquilo que a gente vem dizendo: a vacinação é boa e importante para a gente sair dessa pandemia”, completou o infectologista.

Após recusar 70 milhões de vacinas da Pfizer em 2020, governo tenta comprar 14 milhões para junho

Ignorando a necessidade do povo brasileiro pelas vacinas, Bolsonaro recusou a compra de 70 milhões de doses da vacina da farmacêutica Pfizer. Agora, com o país sofrendo a morte de mais de 1 mil brasileiros e diante da pressão de governadores e prefeitos para a aquisição de novas vacinas, o Ministério da Economia anunciou a intenção de comprar somente 14 milhões de doses do imunizante, com as entregas iniciais previstas para o mês de junho.

A oferta da Pfizer para a venda dos imunizantes foi rejeitada três vezes pelo governo Bolsonaro ao longo do segundo semestre de 2020. A época, o laboratório previa entregar os primeiros lotes da vacina já em dezembro. Com os 70 milhões de imunizantes sendo disponibilizados até junho de 2021.

Mas para o negacionista de Bolsonaro, a imunização contra o coronavírus nunca foi a prioridade. A única medida capaz de impedir o morticínio e o avanço da pandemia foi tratada com completo descaço pelo governo federal, que preferiu propagandear um falso “tratamento

precoce” contra a Covid-19.

No Brasil, não fosse o acordo do Instituto Butantan, de São Paulo, com o laboratório chinês Sinovac, que permitiu a compra de um total de 100 milhões de doses da CoronaVac para o Plano Nacional de Imunização, contaríamos apenas com o acordo da Fiocruz com a multinacional AstraZeneca, que resultou somente em 4,8 milhões de doses distribuídas pelo SUS até o dia de hoje.

Com a recusa do governo brasileiro, a fila andou e diversos países passaram a utilizar a vacina da Pfizer como uma das suas opções. Agora, no fim da fila, o que o governo federal conseguiu foi uma promessa de entrega de 14 milhões de doses para o mês de junho, quantidade suficiente para imunizar 7 milhões de pessoas. Muito aquém da nossa necessidade.

Nesta semana, diante do agravamento da pandemia e do aumento da pressão, o Ministério da Saúde anunciou que prepara contratos com Pfizer, Janssen e Moderna para aquisição de doses de vacina entre maio e dezembro de

2021. Nenhum deles ainda foi concretizado.

O contrato com a Pfizer deverá ser assinado se Bolsonaro sancionar projeto de lei aprovado pelo Congresso que cria um ambiente jurídico mais favorável para que as cláusulas exigidas pela farmacêutica sejam atendidas, como a que isenta a empresa de responsabilidade por eventuais eventos adversos.

ATRASO É REFLEXO DO NEGACIONISMO

O governador de São Paulo, João Doria, afirmou em coletiva de imprensa nesta segunda-feira (8), que “evidentemente, melhor termos opção de compras de vacina, que não termos. Mas não deixa de ser triste que, seis meses depois de negar a compra de vacinas, o governo federal compre vacinas da Pfizer. É surreal. Podia ter comprado outubro. Milhares de brasileiros morrendo e só agora fazem opção pela compra das mesmas vacinas oferecidas em outubro. Esse é o retrato de um governo negacionista, displicente, desumano que não tem interesse nenhum em priorizar a vida”.



Já podíamos ter entregue 8 milhões de doses da Sputnik V, diz presidente da União Química

“Acho que todo rigor da Anvisa é importante, mas a pandemia não espera. As pessoas estão morrendo e precisam ser vacinadas”, argumentou Fernando de Castro Marques

O presidente da União Química, Fernando de Castro Marques, afirmou, neste domingo (7), que sua empresa já poderia ter entregue a vacina Sputnik V em grande quantidade ao governo brasileiro.

Ele assinou um acordo com o Instituto Gamaleia, da Rússia, que prevê num primeiro momento a importação do imunizante e logo e seguida a sua produção interna, através de um acordo de transferência de tecnologia.

O comentário do empresário foi feito em uma entrevista ao programa Opinião no Ar, transmitido hoje pela Rede TV, no qual o representante falava sobre a compra de 10 milhões de doses do Sputnik V pelo governo federal.

“Acho que todo rigor da Anvisa é importante, mas a pandemia não espera. As pessoas estão morrendo e precisam ser vacinadas. É importante que a gente tenha vacina o quanto antes, porque antes eram as pessoas mais velhas indo para a UTI. Hoje são as pessoas mais jovens. Não vai ter UTI para tanta gente. Precisa chegar a vacina e ser vacinado. Agora precisa ser tomados muitos cuidados”, disse.

“Para mim é muito triste saber que poderíamos, em janeiro, ter 8 milhões de vacinas, 2 milhões em fevereiro e 6,2 milhões em março. Com outros países locando, [as vacinas] foram para o México, Hungria. O mundo todo está querendo e precisa de uma vacina como a Sputnik que tem quase 90% de eficácia. Nós perdemos essa oportunidade de salvar muitas vidas”, sentenciou.

“Nossa fábrica de Guarulhos tem capacidade de fazer 8 milhões de unidades por mês. Em um ano, pode ser quase 100 milhões de doses. Na fábrica de Brasília, encomendamos reatores maiores que estão chegando no mês de maio. Tendo o domínio da tecnologia, vamos ampliar a capacidade de produção”, explicou Fernando Marques.

A vacina Sputnik já comprovou ser altamente segura e tem eficácia de 90%. Ela já foi testada e está em uso em dezenas de países. Até o momento, estudos comprovam também que a Sputnik V tem estabilidade para ser armazenada em temperatura de refrigeração por até 90 dias, o que facilita a logística e distribuição nas unidades de saúde do Brasil.

No Brasil, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), aparelhada pelo negacionismo de Jair Bolsonaro, vem tendo um comportamento burocrático que está atrasando a vacinação da população. Não fosse a pressão exercida pelo governo de São Paulo, até hoje nem as vacinas do Butantan e a da AstraZeneca/Fiocruz teriam sido aprovadas para uso emergencial.

O governador do Piauí, Wellington Dias, que coordena o Fórum Nacional de Governadores, informou que está sendo organizada uma ação conjunta dos estados para acelerar a vacinação que só atingiu até agora menos de 4% da população. O Fórum, diz Wellington Dias, também deve pedir a laboratórios e organizações internacionais que o Brasil receba prioridade no envio de vacinas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) vem apontando a gravidade da situação no país.

“É importante a gente acelerar aqui com a Anvisa. A gente não pode ter uma operação de guerra, e a Anvisa com exigências que são próprias de um [período de] normalidade. A Sputnik tem vacina, pode oferecer. Tem a União Química, que produz no Brasil. É o Brasil com seus laboratórios, com cientistas brasileiros - Fiocruz, Butantan e União Química - que vai produzir a maior quantidade, especialmente nessa fase de maior disputa mundial”, afirmou Wellington Dias.

Damare destina apenas 24,6% do orçamento para proteção à mulher



Wilson Dias/Agência Brasil

Reprodução

Plano de Demissões atingiu 3 mil funcionários, segundo Federação



Entidades, sindicatos e políticos participaram da atividade do 8 de Março
“Vacina para todos e auxílio já!”, conclama ato da CMB e UBM no 8 de Março, Dia da Mulher

“Vacina para todos já” e “auxílio emergencial de R\$ 600 e R\$ 1.200 para as mães chefes de família” foram as palavras de ordem unânimes entre os participantes do ato/live do Dia Internacional da Mulher, organizado pela Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e pela União Brasileira de Mulheres (UBM), e que contou com a participação de diversas entidades do movimento feminino, centrais sindicais, associações, sindicatos e várias lideranças femininas e políticas.

O ato “Frente Ampla de Mulheres em defesa da vida e da democracia”, em um dos 8 de Março mais triste da história, também conclamou por uma “frente ampla poderosa” para fazer frente ao governo Bolsonaro que, com sua política de boicote às medidas contra a pandemia de Covid-19 em todas as esferas e descaso com a vida da população, já levou à morte mais de 260 mil brasileiros. “Auxílio emergencial já, vacinas para todos já e uma frente ampla para garantir a sobrevivência de milhões de brasileiros e o que precisamos nesse momento”, afirmou a presidente da CMB, Gláucia Morelli.

“Contra esse crime, para

livrar o Brasil desses bolsoristas, desse governo genocida, temos que somar forças e nos unirmos numa poderosa frente ampla”, conclamou.

Para Mariana Venturine, vice-presidente da União de Mulheres do Brasil, “as mulheres, que são a linha de frente na pandemia, são as mais afetadas pela política de omissão de Bolsonaro”, afirmou.

“A política de morte de Bolsonaro não é só a falta de vacinas, é o desemprego, a carestia, a entrega do nosso patrimônio”, afirmou.

“Mais vacinas e auxílio, não podemos esperar mais”, afirmou a presidente interina da CMB, Conceição Cassano, ao iniciar a apresentação do evento. “Além da morte, a fome ronda os lares da maioria das mulheres”, disse.

A infectologista Rosana Richtmann, do Instituto de Infectologia Emilio Ribas, de São Paulo, afirmou que “estamos muito atrás nas vacinas” e que “só com vacinas suficientes para grande parte da população” sairemos da crise. “Espero que nossas autoridades tomem as providências necessárias”, cobrou.

Também participando da live, o senador Roldolfo Rodrigues, da Rede, afirmou que esse é “o 8 de Março mais difícil da luta das mulheres

brasileiras”, que, além da luta contra o “machismo estrutural, ainda têm que lutar contra um governo que nega vacina e auxílio emergencial justo, decente, de R\$ 600 no mínimo, e não os duzentos que o governo quer pagar”.

Para a ex-senadora e Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, Emília Fernandes, “o Brasil sofre com um governo genocida, antifeminista e racista”, por isso, conclamou, “marchemos juntos pela democracia, por vacinas para todos e auxílio emergencial já”.

A deputada federal pelo PCdoB, Jandira Feghali (RJ), afirmou que esse é um momento “de indignação diante de um governo genocida e fascista” e que a luta requer “uma frente dos mais amplos setores sociais” para derrotá-lo.

A liderança do movimento feminino Márcia Campos, ex-presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres e secretária-adjunta da Secretaria Nacional da Mulher do PCdoB, declarou: “Nós mulheres, reunidas nessa frente ampla, queremos vacinas para todos e auxílio emergencial já. Junto o Brasil vai vencer”, afirmou.

“Bolsonaro descumpra promessa e desvaloriza servidores da segurança”, protestam policiais

Policiais federais reagiram nesta semana contra a aprovação da PEC Emergencial no Senado, e consideraram que a proposta demonstra que, para o Governo Federal, “segurança pública parece ser utilizada apenas como uma bandeira eleitoral”, conforme afirma em nota a FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais).

A proposta e a orientação do presidente Bolsonaro para que a sua base votasse contra a emenda do senador Marcos do Val (Podemos), que deixava os policiais fora da PEC, “representa o descaso do governo federal com os servidores do país, dentre eles os policiais brasileiros”.

Para a União dos Policiais do Brasil (UPB), “ao encaminhar um projeto chantagista ao Congresso Nacional e ao determinar a rejeição de destaque que visava a evitar danos substanciais aos policiais civis e demais profissionais de segurança pública (...), o governo federal demonstrou que não cumpre e nem pretende cumprir as promessas de valorização dessas categorias e de desenvolvimento do setor”.

A PEC apresenta uma série de proibições para contratação de pessoal, realização de concursos, reestruturação de carreira, aumento salarial e promoção funcional quando o governo passa por problemas fiscais.

“A emergência que o país vive é a da necessidade por vacinas e o auxílio aos mais necessitados e não a demonização do serviço público, por meio do congelamento de direitos e de estrutura que poderá chegar a 15 anos, afetando diretamente a população mais carente desses serviços, indo na contramão de um atendimento de qualidade e eficiência à sociedade”, afirma a nota das entidades.

As notas de repúdio das entidades ressaltam ainda que o “NAO” do presidente à categoria ficou muito claro com o voto do “próprio filho do presidente, senador Flávio Bolsonaro”, contrário à emenda.

“Continuaremos na defesa intransigente dos Policiais Rodoviários Federais, que mesmo sem o devido reconhecimento em várias áreas,

como restou demonstrado na reforma da previdência, na votação da Lei Complementar nº 173/2020, e agora na PEC Emergencial, continuam colocando suas vidas em risco para defender a sociedade”, afirma a FenaPRF.

Para a UPB, “a atuação dos servidores públicos é essencial ao povo brasileiro, e está presente em todos os cantos do país, onde a iniciativa privada não pode ou não tem o interesse de chegar, levando, entre outros serviços, saúde, educação e segurança a toda população”.

A entidade, que reúne associações, federações e confederações de criminalistas, delegados das polícias federais e judiciária, peritos, escrivães das polícias civil e federal, agentes penitenciários, mulheres policiais, entre outras, afirma que, diante de tal medida, “não resta outra alternativa a não ser a adoção de estado de alerta e mobilização permanente, a fim de combater o desmonte econômico, social e profissional que vem sendo imposto ao serviço público e a toda segurança pública brasileira”.

Do orçamento de R\$ 120,8 milhões, pasta da ministra pagou apenas R\$ 29,7 milhões

Em plena pandemia, momento em que vimos os índices de vulnerabilidade e risco social dispararem, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), comandado pela ministra Damare Alves, só utilizou 24,6% do total de R\$ 120,8 milhões autorizados pelo Congresso Nacional em 2020, menor taxa de investimento nos últimos dez anos.

No ano em que a pandemia contribuiu para aumentar os casos de violência contra a mulher, a execução financeira para a área somou apenas R\$ 35,5 milhões, conforme reportagem do jornal O Globo.

Do orçamento de R\$ 120,8, o Ministério de Damare empenhou R\$ 117,7 milhões para ações de combate à violência contra a mulher, mas pagou apenas R\$ 29,7 milhões, somados a R\$ 5,8 milhões de restos a pagar de anos anteriores. Qualquer dinheiro não executado naquele ano significa que, na ponta, aquela mulher não acessou um serviço.

De acordo com o relatório da ONU mulher, publicado em setembro do ano passado, a necessidade de ficar em quarentena para conter o avanço do vírus deixou mulheres confinadas com seus agressores, aumentando assim, o índice de violência doméstica.

Ao mesmo tempo que aumentou a necessidade de fortalecimento e ampliação das medidas protetivas, o governo Bolsonaro deixou de investir 75% da verba destinada a

essas políticas públicas.

A Casa da Mulher Brasileira é uma das principais iniciativas destinadas à proteção da mulher em estado de violência e tem como objetivo reunir num mesmo lugar todos os serviços necessários para o acolhimento da mulher em situação de violência, com atendimento psicossocial, jurídico e abrigo para as vítimas e seus filhos.

Mesmo sendo um programa essencial para a área, a Casa da Mulher Brasileira recebeu apenas R\$ 67,8 mil dos R\$ 65,4 milhões disponíveis pelo Ministério da Mulher. Em 2019 o programa foi completamente negligenciado e nada foi gasto com a iniciativa.

Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde 1º de janeiro de 2021, mais de 160 mil vítimas foram atendidas, cerca de 8,5 mil pessoas presas, 45 mil denúncias foram apuradas e cerca de 56 mil inquéritos foram instaurados em todos os estados e no Distrito Federal.

A demanda por políticas protetivas tem crescido, ao mesmo tempo em que os programas têm sido desmontados por Bolsonaro e Damare. Hoje o país tem apenas seis Casas da Mulher Brasileira em funcionamento, e uma desativada. No início de 2020, a ministra da Mulher chegou a prometer a construção de 25 novas unidades até o fim do mandato, mas nenhuma saiu do papel no ano passado. Em fevereiro a promessa foi renovada para 27 casas até o fim deste ano.

Setores em que predominam mulheres foram os mais afetados pela pandemia

O Dia da Mulher, 8 de Março, deste 2021 está sendo marcado por um dos piores índices de desemprego entre as mulheres, conseqüentes da crise decorrente da pandemia, e mais ainda da política de sabotagem de Bolsonaro às medidas sanitárias e econômicas que viabilizem a retomada da economia do país.

De acordo com estudo do Ipea, baseado nos dados do IBGE, foram justamente os setores que abrigam mais mulheres os mais afetados pela pandemia e, conseqüentemente, os que mais perderam ocupação:

Em alojamento e alimentação, categoria em que 58,3% dos profissionais são mulheres, a queda foi de 51%; os serviços domésticos, em que 85,7% dos profissionais ocupados são mulheres, a queda foi de 46,2%; na educação, saúde e serviços sociais, em que 76,4% dos profissionais são mulheres, a queda foi de 33,4%.

Os dados são referentes ao terceiro trimestre de 2020, comparados com o mesmo período do ano anterior. Os números mostram que a taxa de desocupação entre as mulheres atingiu 16,8%. A taxa entre os homens foi de 12,8%.

Em 2019, a taxa de desocupação, que já era alta – registrou 13,9% entre as mulheres. O dado deste ano (16,8%) representa, assim, 7,17 milhões de mulheres desempregadas, e que não encontram emprego.

As pessoas classificadas como desocupadas são as que estão desempregadas, mas que estão procurando trabalho. Ou seja, não inclui ainda aquelas pessoas inseridas no subemprego ou desalento (pessoas desempregadas que desistiram de procurar emprego).

Considerando essa taxa de subutilização – que inclui os desempregados, os desalentados, os subocupados (trabalham menos de 40 horas semanais), e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos – a taxa entre as mulheres fica em 36%. O índice, 10 pontos à frente da taxa entre os homens, que ficou em 25,5%, registra recorde histórico da série da Pnad Contínua do IBGE, iniciada em 2012.

Outro fator que atingiu diretamente a atuação das mulheres no mercado de trabalho foi suspensão das aulas presenciais. De acordo com o estudo, entre as mulheres com filhos de até dez anos, a parcela que trabalhava caiu 7,8 pontos percentuais, passando de 58,2% para 50,4%, na comparação entre o terceiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2019. Entre os homens, a redução foi menor, de 4,2 pontos percentuais no mesmo período.

“A divisão desigual no cuidado das crianças impactou a taxa de participação de diversas maneiras. Muitas mulheres se demitiram para conseguir cuidar dos filhos. Outras ficaram sem tempo para conseguir focar na busca por um emprego, dada a responsabilidade extra em casa. Ainda, uma parte optou por não procurar emprego porque se dedicou aos cuidados domésticos”, afirma Marcos Hecksher, pesquisador do Ipea.

Além da mulher ser mais atingida pela política de desemprego, a situação de desigualdade também se reflete no mercado de trabalho.

De acordo com estudo do IDados, com base na Pnad, e também referentes ao terceiro trimestre do ano passado, a remuneração das mulheres foi menor do que a dos homens em todos os estados e no Distrito Federal, com o pior índice observado no Mato Grosso do Sul, onde a remuneração média das mulheres equivale a apenas 65,4% da recebida pelos homens.

Enquanto o país vivencia recorde no desemprego e falta de assistência social, o governo segue sem qualquer planejamento de combate à pandemia. Ao contrário, tem sido o principal patrocinador de todas as medidas anti-ciência e medidas que vão na contramão das orientações internacionais no combate à disseminação do coronavírus. Além de estimular aglomerações, o não uso de máscaras, o governo não fez esforço algum para garantir as vacinas necessárias para a imunização da população.

Agora, ainda que o quadro aponte para uma situação mais dramática nesse início de 2021, quando milhões de mulheres se encontram sem emprego e sem o auxílio emergencial, abrem-se expectativas a partir do movimento de governadores e prefeituras em busca de uma solução para um plano de imunização.

No entanto, as mulheres, e principalmente no caso das mães chefes de família, que viram o auxílio emergencial inicial de R\$ 1.200 ser reduzido pela metade, seguem sem garantia de assistência que, se depender de Bolsonaro, poderá chegar ao valor ínfimo de R\$ 375. No entanto, ainda nada está definido.

Isso porque a aprovação do auxílio foi envolvida em projetos e chantagens do governo Bolsonaro que, para aprová-lo, condicionou uma série de alterações na Constituição com o objeto de arrochar ainda mais o Estado, os serviços públicos e o povo brasileiro.

JÚLIA CRUZ

Afastar Fernando Cury por 119 dias “é a legalização do assédio”, critica Isa Penna

A deputada estadual Isa Penna (PSOL) classificou como “inaceitável” a decisão do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) de sugerir uma punição atenuada ao deputado Fernando Cury pela importunação sexual contra ela. O colegiado aprovou a proposta de suspensão do mandato por 119 dias.

“Abre a porta para os assediadores. É um recado principalmente para quem assedia. É a legalização do assédio. É um rito que abre um precedente que é político, mas também é jurídico. Abre um precedente para um aprofundamento, um avanço ainda maior dessa cultura do assédio”, disse em entrevista. “Não é qualquer coisa o que aconteceu hoje. Isso mancha a história da Assembleia Legislativa”.

O relator Emídio de Souza (PT) havia sugerido suspender Fernando Cury por seis meses e cortar a verba de seu gabinete durante o período. Pelo placar de 5 votos a 4, a sugestão de Wellington Moura (Republicanos), de afastar o deputado por 119 dias e manter o subsídio de seu escritório, acabou prevalecendo.

Penna diz esperar que o caso, que agora vai para plenário, onde precisa de maioria simples dos 94 deputados estaduais para ter a punição confirmada, tenha apoio das mulheres da Casa.

Para Isa Penna, o resultado é “quase um presente” para o deputado. “Tem horas que esses deputados falam que querem economizar, diminuir o Estado. Agora querem manter 23 pessoas trabalhando para um deputado que não existe, para um deputado que está suspenso”, criticou. “Se o gabinete funciona, o mandato funciona. Ele vai ter direito a emenda, R\$ 4,5 milhões”, acrescentou.

O resultado, no entanto, não é definitivo. O parecer aprovado no Conselho de Ética ainda será levado ao plenário da Assembleia e precisa de maioria simples para ser referendado. Como não houve previsão de cassação, a votação deixa de ser secreta e passa a ser nominal.

Na avaliação de Isa Penna, a mudança é favorável para articular uma punição mais dura, já que os colegas precisarão se manifestar abertamente. “Os deputados devem isso à sociedade, eles devem se posicionar sobre esse caso abertamente. E isso pode ser até mais importante para as mulheres e para os assediadores do que uma eventual cassação que a gente sabe que não aconteceria”, explica.

O prazo de afastamento ainda pode ser ampliado por se tratar de um projeto de resolução, o que abre margem para aprovação de substitutivo ao texto original votado no conselho.

“Vai ter volta. No plenário é uma correção de forças diferente do que no Conselho de Ética. A nossa estratégia no conselho era justamente de fazer o processo ir para o plenário, porque a gente estava correndo o risco dele sequer ir para o plenário. Indo para o plenário a gente já tem uma articulação de mulheres de todos os espectros políticos que se solidarizaram. A gente tem deputado como o Barros Munhoz, que é da base do governo, mas que é um deputado que banca suas posições. Só estamos começando. O nosso objetivo nós cumprimos, não da forma como nós gostaríamos, mas o processo foi para o plenário. Esse era o objetivo”, avalia a deputada.

Questionada sobre a convivência com Cury após o afastamento, a deputada afirma que a presença dele vai “incomodar” para sempre. “Não só dele, mas também dos que deram continuidade ao assédio que ele começou”, diz.

“Nós temos uma salinha de café, que não tem câmera. Eu não vou mais nessa salinha de café, porque imagina se eu encontrar o Fernando Cury ou o Wellington Moura. Eu não vou pegar o corredor de acesso para o plenário mais, imagina se o Fernando Cury vem na minha direção. Não vou mais, porque eu sei que esses espaços não têm câmera. Se ele é capaz de fazer aquilo na frente da câmera, imagina o que ele não é capaz de fazer comigo sozinha em um lugar sem câmera. Seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista psicológico, seja do ponto de vista de tentar me desestabilizar de tentar desestabilizar minha atuação a todo momento”.

Em depoimento ao Conselho de Ética no último dia 24, Cury pediu desculpas à colega de parlamento “por qualquer tipo de constrangimento e por qualquer tipo de ofensa” que ele tenha causado. De acordo com o deputado, o abraço foi “um gesto de gentileza” por interromper a conversa dela com o presidente da Casa, Cauê Macris (PSDB).

Perguntada sobre o pedido de desculpas, Isa Penna disse que tem “asco muito profundo” do deputado. “O deputado Fernando Cury é um covarde que estava bêbado e que vê as mulheres como objeto e tinha provavelmente visto meu vídeo dançando”, disse. “Eu com certeza não fui a primeira. Tenho certeza absoluta. Daria um braço”.

Votaram a favor da proposta mais branda, além do próprio Wellington Moura, os deputados Delegado Olim (Progressistas), Adalberto Freitas (PSL), Alex de Madureira (PSD) e o corregedor da Casa, Estevam Galvão (DEM). “Sobre os cinco votos, eu quero dizer que eu acho que ali é o crême de la crème da escória da Assembleia Legislativa”, disse Isa.

O CASO

Fernando Cury foi denunciado ao Conselho de Ética da Alesp por Isa Penna após abordá-la pelas costas e passar a mão em seu corpo, em 16 de dezembro. Na ocasião, os deputados votavam o orçamento do estado em sessão plenária na Alesp, e uma câmera da Assembleia flagrou a abordagem de Cury.

Em 10 de fevereiro, o conselho aprovou, por unanimidade, a admissibilidade da denúncia contra Cury por quebra de decoro.

Para os deputados, livrar o acusado de qualquer punição mancharia a imagem da Alesp, em razão da repercussão midiática e pressão da sociedade civil no caso.

Fernando Cury foi afastado do Cidadania que não compactou com o crime. “O fato é grave. É evidente que o partido não pode admitir coisas desse tipo, assédios desse tipo”, afirmou o presidente do partido, Roberto Freire.

Senado dos EUA aprova o auxílio emergencial mas sem corrigir salário mínimo

Depois de uma maratona de mais de 24 horas e sem um voto republicano sequer, o Senado dos EUA aprovou no sábado o plano emergencial do governo Biden de US\$ 1,9 trilhão, que irá a votação na Câmara na próxima terça-feira, para que esteja assinado pelo presidente antes do dia 14, quando expira a extensão em vigor do seguro-desemprego de que milhões dependem.

Biden saudou a aprovação do pacote como um “passo gigantesco” para tirar os EUA da crise, provocada pela pandemia e pelo negacionismo de Trump. “Hoje posso dizer que demos um passo gigantesco para cumprir a promessa que fiz aos norte-americanos de que a ajuda estava a caminho”, ele disse aos jornalistas na Casa Branca após a votação.

Por ter mudanças em relação ao texto aprovado na semana passada na Câmara, imprescindíveis para evitar que prevalecesse a obstrução trumpista, é que os deputados terão que votar o pacote de novo. No conjunto, o plano de resgate implica em gastos equivalentes a quase um décimo do PIB norte-americano.

Cerca de US\$ 1 trilhão se destina ao alívio direto às famílias, através de cheques de US\$ 1.400 para quem recebe até US\$ 80.000 por ano, para a prorrogação emergencial do seguro-desemprego de US\$ 300 semanal até 6 de setembro e para um crédito tributário para os filhos menores.

US\$ 415 bilhões são para impulsionar a resposta ao coronavírus, vacinação e fornecer condições de reabertura de escolas. 440 bilhões de dólares para apoio aos governos estaduais e locais – exauridos após terem suportado o peso principal do combate à pandemia enquanto as receitas secavam – e às pequenas empresas.

Em sua oposição ao pacote de socorro aos desempregados, aos estados e municípios e às pequenas empresas, o líder da minoria no Senado, o republicano Mitch McConnell – tão receptivo na hora de cortar US\$ 1,5 trilhão de impostos para os magnatas no governo anterior –, escarneceu das famílias em necessidade, dizendo que a prioridade “não é o alívio de uma pandemia, é a lista de desejos dos democratas”. Segundo ele, “o Senado nunca gastou US 2 trilhões de uma forma mais aleatória”.

85% DAS FAMÍLIAS

“85% das famílias americanas receberão pagamentos diretos de 1.400 dólares por pessoa”, enfatizou o presidente Biden. O plano – acrescentou – colocará os EUA no “caminho para derrotar o vírus e dar a ajuda de que precisam às famílias que mais sofrem, resultará na criação de cerca de seis milhões de empregos e aumentará o nosso Produto Interno Bruto (PIB) em um trilhão de dólares”.

Em uma declaração após a votação, o presidente da Comissão de Orçamento do Senado, o senador Bernie Sanders chamou o Plano de Resgate Americano “a mais significativa peça legislativa para beneficiar as famílias trabalhadoras na história moderna deste país”.

“Este pacote, entre muitas outras coisas, aumenta os pagamentos diretos em US \$ 1.400, estende o seguro-desemprego, reduz a pobreza infantil pela metade, garante que estejamos vacinando o maior número possível de pessoas e nos coloca no caminho para reabrir escolas com segurança”, disse ele.

A redução à metade da pobreza infantil é referente à cláusula do pacote que quase dobra o crédito de imposto de renda por filho. “Esta nação sofreu demasiado durante demasiado tempo”, afirmou Biden, sublinhando que tudo “foi concebido para aliviar o sofrimento e satisfazer as necessidades mais urgentes da nação”.

Como destacara a presidente da Câmara dos deputados, Nancy Pelosi, quando da aprovação nessa casa legislativa, os números “falam por si” sobre a situação em curso no país. “18 milhões de americanos desempregados. 24 milhões de pessoas estão passando fome”, afirmou, acrescentando que o tempo para uma ação decisiva “está muito atrasado.” O PIB retrocedeu 3,5%, enquanto os EUA são o país no mundo de pior desempenho contra a pandemia – 28,9 milhões de infectados e 524 mil mortos. Nas últimas 24 horas, o país teve 60.235 novos contágios e 1.565 mortos.

NO FIO DA NAVALHA

Com o placar no Senado empatado em 50-50, a aprovação ficou na dependência de que nenhum voto da ala democrata mais conservadora fosse perdido, para que a vice-presidente Kamala Harris, que no sistema norte-americano é quem preside a câmara alta, pudesse dar o voto de minerva.

O que acabou forçando a recuos importantes, como a redução do seguro-desemprego de US\$ 400 por semana (proposta da Câmara) para US\$ 300 – o mesmo valor do anterior pacote de Trump, sob a chantagem do senador democrata Joe Machin.

Sobre o acordo que prevaleceu, o presidente do Comitê de Finanças do Senado, o democrata Ron Wyden, disse que sua prioridade durante as negociações fora de “garantir o acordo mais forte possível para os trabalhadores desempregados que pudesse ser aprovado no Senado”. “Esse acordo consegue isso”, asseverou.

Na votação do aumento do salário mínimo para US\$ 15 por hora – congelado há uma década em US\$ 7,25 –, oito democratas se juntaram à bancada trumpista para barrar a medida.

Em seu discurso, o presidente da Comissão de Orçamento do Senado, Bernie Sanders, defendeu a emenda do aumento do salário mínimo afirmando que “muitos milhões de trabalhadores estão ganhando salários de fome – e sublinho isso, salários de fome – neste país”. “Eu adoraria ouvir qualquer um chegar aqui e me dizer que poderia viver com 7,25 dólares a hora, poderia viver com 8 dólares a hora, poderia viver com 9 dólares a hora – não há quem possa.”

Apesar do percalço, setores democratas, os sindicatos e entidades de defesa dos direitos prometem manter a luta pelo aumento do salário mínimo para US\$ 15 a hora, que beneficiará 32 milhões de norte-americanos.

OBSTRUÇÃO ABJETA

A bancada trumpista fez tudo que pode para deixar as famílias ao abandono e sabotar o combate ao coronavírus. Propuseram uma emenda para reduzir o plano emergencial a cerca de um terço.

Um senador fez questão de que o texto completo do plano, de 628 páginas, fosse lido em plenário, o que levou quase 11 horas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Paraguaios se levantam e exigem vacina e a renúncia do presidente



“Fora Marito”, exigem os manifestantes. O ministro da Saúde já caiu

Papa vai a Bagdá e pede que “cessem interesses externos” sobre o Iraque

O Papa Francisco chegou ao Iraque nesta sexta-feira (5) e foi recebido pelo primeiro-ministro Mustafa al Kazemi, no Aeroporto Internacional de Bagdá.

E é a primeira vez que um chefe da Igreja Católica chega ao país, que é majoritariamente muçulmano.

Na viagem, que tem como lema “somos todos irmãos”, ênfase na mensagem da fraternidade inter-religiosa, Francisco se propõe percorrer as principais regiões do país.

Em mensagem aos iraquianos, antes de embarcar, o papa afirmou: “Obrigado pelo seu testemunho. Que os muitos, demasiados mártires que vocês conheceram nos ajudem a perseverar na humilde força do amor. Gostaria de lhes trazer o carinho afetuoso de toda a Igreja, que está próxima de vocês e ao mortificado Oriente Médio e os encorajar a seguir em frente”, disse.

Também lançou uma advertência para países e setores internacionais que não devem “impor interesses ideológicos e políticos”, numa defesa da soberania do país no qual se hospedará nestes dias.

“Que cessem os interesses particulares, esses interesses externos que são indiferentes à população local”, defendeu em mais uma referência, ainda que não literal, à ingerência dos Estados Unidos e outros países por declarado interesse em se apropriar do petróleo e das riquezas do Iraque.

Francisco sempre se opôs à guerra no Iraque de 2003, promovida sob a mentirosa acusação de que o governo de Saddam Hussein detinha e desenvolvia armas de destruição em massa. O então arcebispo Jorge Bergoglio chegou inclusive a abençoar uma tenda na Praça de Mayo, em Buenos Aires, que protestava contra o conflito e pedia paz, lembrou a agência Télam. A tenda media 10 metros por 10 metros e era coberta por uma bandeira argentina. Dentro, além das velas, havia três pôsteres com uma palavra escrita em cada um: Paz, Salam e Shalom. O mesmo conceito, em espanhol,



Papa chega ao Iraque como “peregrino da paz”

hebraico e árabe, escrito em letras brancas. Desde Roma, Bergoglio monitorava o movimento da tenda já que mesmo dentro dos muros do Vaticano o movimento pacifista contra a guerra era sentido e encorajado.

“O nome de Deus não pode ser usado para justificar atos de homicídio, exílio, terrorismo e opressão”, afirmou em seu primeiro discurso em Bagdá. “Também no Iraque a Igreja Católica deseja ser amiga de todos e, através do diálogo, colaborar de maneira construtiva com as outras religiões, pela causa da paz”, assinalou.

A visita do pontífice argentino ao Iraque será marcada pela ausência de multidões e o levará a utilizar um automóvel blindado em seus deslocamentos.

Apenas no estádio de Erbil, com capacidade para 20.000 pessoas, ele falará para 4.000 fiéis na missa dominical, segundo fontes locais.

“Anseio conhecê-los, ver seus rostos, visitar sua terra, antiga e extraordinária, berço da civilização”, afirmou o pontífice, que deseja cumprir o sonho do papa João Paulo II, que não conseguiu viajar ao Iraque.

“Vou como um peregrino da paz em busca da fraternidade, animado pelo desejo de rezar juntos e caminhar juntos também com irmãos e irmãs de outras religiões”, ressaltou, em referência ao país predominantemente muçulmano.

Os cristãos eram 1,5 milhão entre 25 milhões de iraquianos

em 2003, quando a intervenção dos Estados Unidos derrubou Saddam Hussein. Hoje as cifras são estimadas entre 150.000 e 300.000 sobre um total de 40 milhões de cidadãos.

Ao todo, está previsto que o Papa pronuncie sete discursos, todos em italiano.

No sábado (6), está previsto em Najaf um encontro com o líder espiritual dos xiitas no Iraque (cerca de 60% da população): o grão-aiatolá Ali Sistani, uma das figuras de referência do país.

Sistani, de 90 anos, não aparece em público e quase não recebe visitas e o encontro foi altamente apreciado pela comunidade xiita, cujas tropas suspenderam qualquer ato agressivo durante a visita do pontífice.

Francisco fará todos seus deslocamentos nas cidades que visitará (Bagdá, Mossul, Arbil, Najaf, Qaraqosh) a bordo de um carro blindado e coberto (normalmente se desloca em carros comuns ou numa espécie de conversível). A segurança, especialmente porque a rota é conhecida há bastante tempo, foi reforçada em todos os locais pelos quais passará.

A Bíblia aponta que a antiga cidade de Ur – onde o papa Francisco rezará no sábado – é o local de nascimento de Abraão, pai das religiões abraâmicas, que incluem o cristianismo, o judaísmo e o islamismo.

Com só quatro mil vacinados no país de sete milhões de habitantes e com crescimento de casos e mortes por Covid-19, Senado denunciou gestão do ministro da Saúde de “negligente, improvisada e inoperante”

Após presenciarem uma multiplicação de cadáveres e contagiados pela pandemia do coronavírus nos últimos dias, milhares de paraguaios tomaram as ruas da capital, Assunção, na noite de sexta-feira (5), para exigir a saída do presidente Mario Abdo Benítez. Expressando a revolta, parte da sede do Ministério da Fazenda foi incendiada.

A contumácia do grito “Fora Marito!” – o apelido do presidente – se explica. Até o momento apenas quatro mil dos sete milhões de habitantes receberam uma dose da vacina russa Sputnik, enquanto o país contabiliza 164.310 casos contagiados e 3.256 mortos em decorrência da doença.

Entidades médicas do Paraguai têm ido às ruas e alertado, com faixas e cartazes, para o colapso em que o sistema de saúde se encontra mergulhado. Com nome e sobrenome, acusam o governo de Marito – amigo de Jair Bolsonaro – pelo agravamento no sistema sanitário, pela ausência de vacinas para o combate à pandemia do coronavírus e pela falta de medicamentos para os pacientes em tratamento de terapia intensiva. Alguns destes medicamentos essenciais, inclusive, teriam sido roubados.

O próprio Senado já havia classificado na quinta-feira a gestão do ministro da Saúde, Julio Mazzoleni, como “negligente, improvisada e inoperante”. Na tentativa de evitar a explosão social, um pouco antes do protesto, Mazzoleni renunciou. Mas já era tarde.

Em meio à crise, o presidente reformulou o gabinete ministerial, mas os protestos se avolumam

para exigir a imediata saída do presidente, pelo caos na saúde e também pelo agravamento da crise econômica, que alastra o desemprego e a carestia, a multidão marchou pela Praça da Democracia, próxima ao Congresso, chegando até o Palácio de Governo, onde virou uma praça de guerra.

A Polícia disparou jatos d’água, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de “efeito moral”, ferindo dezenas de manifestantes.

Já foi informada a morte de um manifestante, identificado como Alejandro Daniel Florentín, 32. Ele teve um ferimento penetrante no tórax e uma lesão cardíaca. Outro manifestante foi atingido por até 19 balas de borracha disparadas pela Polícia Nacional. Entre os casos graves está um jovem alvejado por uma bala de borracha no olho esquerdo, numa prática semelhante à dos Carabineiros do Chile, para cegar.

Quando acabou a munição, com 11 policiais feridos pelas pedras lançadas pelos jovens que reagiam à repressão, e em franca minoria, o delegado Silvino Leguizamón pediu um cessar fogo. Foi levantado um lenço branco e acertado que o protesto continuaria, de forma pacífica, como no começo.

Entoando o hino nacional paraguaio, os manifestantes retornaram para a frente do Parlamento, reiterando que irão permanecer no local até o presidente renunciar. Hoje haverá novo ato pelo “Fora Marito!”.

Governo do Chile, país da América Latina com maior índice de vacinados, doou 20 mil doses da CoronaVac.



Bielorrússia fabricará 500 mil doses/mês. Bielorrússia começa a produzir a vacina da Rússia, Sputnik V

A Bielorrússia iniciará a produção industrial da vacina Sputnik V no final de março, informou o vice-ministro de Saúde, Dmitry Cherednichenko.

“Em 26 de fevereiro foi lançado o primeiro lote, o chamado lote de validação [de vacinas Sputnik V] – 15 mil ampolas, que agora estão sendo examinadas no Centro Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia Gamaleyada Rússia para estabilidade, eficácia e outros protocolos. E a partir de 30 ou 31 de março, nós [Bielorrússia] já começaremos a produzir a vacina e está planejado que [...] 500 mil doses por mês [serão produzidas]”, disse à emissora ONT em entrevista, transmitida neste domingo (7).

Segundo o vice-ministro, em 2020, o mercado de medicamentos da Bielorrússia foi estimado em US\$ 900 milhões (R\$ 5,1 trilhões), cuja maioria recai sobre a participação dos fabricantes nacionais.

“A própria existência de uma indústria farmacêutica própria já é um fator, incluindo a segurança nacional. O principal requisito para os medicamentos é que sejam eficazes e de alta qualidade. Temos novos medica-

mentos quase todos os dias. US\$ 157 milhões [R\$ 892,7 milhões] foram exportados em 2020. Exportamos produtos para 31 países do mundo, desde países vizinhos a América do Norte e do Sul, países árabes. É muito difícil entrar no mercado de outro país, de outro continente, tanto o fator tempo quanto o financeiro desempenham um papel aqui, mas vale a pena”, disse Cherednichenko.

Na entrevista, o vice-ministro declarou que no objetivo da vacinação em massa, as empresas farmacêuticas multinacionais promoveram uma competição acirrada. “Muitos meios de comunicação já apelidaram a crescente corrida de desenvolvedores de ‘guerra da vacina’. Nessa ‘guerra’, a Bielorrússia assume uma posição neutra, de olho na medicina baseada em evidências e que não tenha pretensão hegemônica”, finalizou.

“A vacinação em massa de todos aqueles que desejam fazê-lo começará em abril”, disse o ministro de Saúde, Dmitry Pinevich, à agência estatal Belta. A população da Bielorrússia é de cerca de 9,4 milhões de pessoas, de acordo com dados de 2020.

Hospital de Israel, que testa “spray milagroso”, nega-se a receber equipe enviada por Bolsonaro

Comitiva de Bolsonaro sai sem máscara do Brasil, mas tem que usar a proteção em Israel (Divulgação)

A delegação do governo Bolsonaro, que chegou a Israel neste domingo (7), teve negada sua visita às instalações do Hospital Ichilov de Tel Aviv, responsável pelo desenvolvimento do spray nasal EXO-CD24, que teria dado resultados positivos no combate ao vírus da Covid-19.

Segundo o portal israelense, Times of Israel, representantes do hospital se dispuseram apenas a um encontro no hotel onde os brasileiros estão hospedados.

O grupo do governo brasileiro pousou para foto antes de entrar no avião presidencial rumo a Israel, todos sem máscara, mas o mesmo grupo teve que co-



Comitiva sai sem máscara, mas tem que usar em Israel

locar máscara para descer do avião no aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv.

O Hospital já anunciou que a medicação está na fase 1 de testes.

Após o fiasco do cloroquina, no qual o governo gastou dinheiro público,

Bolsonaro agora quer tornar recursos do Estado com um produto que sequer foi testado ainda, considerado por ele como “milagroso”. Enquanto isso, continuam faltando vacinas, oxigênio e leitos de UTI para atender a população.

Para acobertar neonazista Navalny, EUA sancionam autoridades russas

As sanções anunciadas pelo governo Biden contra autoridades russas e em apoio ao neonazista Alexei Navalny foram rechaçadas pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, que repudiou a ingerência nos assuntos internos russos e observou que a Casa Branca, enredada em seus próprios problemas internos, mais uma vez tenta fabricar a imagem de “um inimigo externo”.

O chanceler russo Sergei Lavrov classificou as sanções como “ilegítimas” e disse que a Rússia vai reagir de “forma inequívoca”. “Ninguém cancelou uma das principais regras da diplomacia – a reciprocidade”, advertiu.

As sanções foram decretadas uma semana após a Anistia Internacional retirar de Alexei Navalny o status de ‘prisioneiro de consciência’ em razão do ‘discurso de ódio’ – isto é, por ser neonazista assumido.

Em um famoso vídeo que mantém em seu youtube, Navalny compara imigrantes muçulmanos a baratas, que devem ser abatidos “a chineladas”, ou caso a ameaça se torne maior, “a tiro”. Foi um dos organizadores da ‘Marcha Russa’, que juntava skinheads, xenófobos e neonazis; de tão extremista, Navalny foi expulso do partido liberal Yabloco.

Depois de selecionado pela embaixada russa em 2010 para um curso de verão na Universidade de Yale, Navalny em quatro meses voltou dos EUA transformado no “oposicionista” preferido de Washington e recém formado “caçador de corruptos” na Rússia.

ARROGÂNCIA

As sanções dos EUA têm como alvo o Diretor do Serviço de Segurança Federal Alexander Bortnikov, o procurador-geral Igor Krasnov, o chefe do Serviço Penitenciário Federal Alexander Kalashnikov, o primeiro vice-chefe do gabinete presidencial Sergei Kiriyenko, o chefe do diretório presidencial de política interna Andrei Yarin e os vice-ministros da Defesa Alexei Krivoruchko e Pavel Popov.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que as sanções vão piorar as relações já lamentáveis com os EUA, mas que as medidas não terão efeito sobre os atingidos. Ele observou ainda, que são medidas “redundantes”. “esses funcionários não viajam para o exterior, não têm o direito de abrir contas em bancos estrangeiros ou de possuir bens no exterior” pela lei russa, destacou.

Como assinalaram senadores russos, essas sanções são unilaterais e ilegais, já que não foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que é o órgão que tem essa capacidade segundo a lei internacional. Ao fazer o anúncio, o porta-voz norte-americano chamou as sanções de “resposta robusta ao envenenamento e prisão da figura de oposição Navalny”.

“MOSTRE AS PROVAS”

A acusação de ‘envenenamento por novichok’ foi lançada pelo governo de Berlim, que se negou a apresentar à Rússia qualquer prova do que dizia, como é o protocolo em caso envolvendo armas químicas, como alegado.

Foi uma equipe médica russa salvou a vida de Navalny quando ele passou mal em um voo, e o governo russo prontamente acedeu ao pedido da família para que fosse levado para uma clínica alemã. A alegação foi feita por um laboratório militar alemão, mas sua conclusão jamais foi endossada pelo hospital universitário Charite, que tratou Navalny.

A Rússia tem os exames feitos pelos médicos russos, e Berlim não mostra os que diz ter. As versões de Navalny sobre o suposto envenenamento também foram mudando ao longo dos dias, de “no chá”, para na “garrafa plástica de água” e, afinal, “novichok na cueca”. Como asseveraram os especialistas, não haveria como Navalny estar intoxicado num avião com um agente químico letal de grau militar, e ninguém mais morrer.

Quanto à prisão de Navalny, é pela condenação por fraude em 2014 contra duas empresas, uma delas francesa do ramo de cosméticos, pena que havia sido suspensa, mas a justiça decidiu que ele voltasse à prisão pelos restantes 2,5 anos, depois de repetidas faltas à apresentação ao juiz. Nos dois últimos anos, cerca de 20 mil presos com pena suspensa acabaram de volta à cela exatamente pela mesma razão.

ILUSÃO DO EXCEPCIONALISMO

Todas as tentativas de impor algo à Rússia por meio de pressões de sanções sempre falharam, destacou a porta-voz Zakharova. “Tal política é improdutiva nas condições geopolíticas modernas”, acrescentou, dizendo que os norte-americanos não percebem que “as alegações de seu próprio excepcionalismo não passam de uma ilusão”.

Quanto às encenações sobre o “novichok”, a diplomata registrou que “em vez de serem puxados para uma nova onda de confronto, os EUA deveriam se preocupar em cumprir devidamente suas próprias obrigações, por exemplo, sobre a destruição de armas químicas que a Rússia simplesmente não tem desde 2017”. E que os EUA não cumpriram até aqui, por “falta de dinheiro”.

“Violador em série de tratados e acordos internacionais na esfera de controle de armas e não-proliferação, Washington não tem o direito de dar lições de moral aos outros por definição”, sublinhou Zakharova.

Para tornar o frenesi de sanções mais ridículo, entre as medidas anunciadas em seguida pelo Departamento de Estado está a “proibição de venda de armas americanas à Rússia”. Os russos observaram que não recebem armas norte-americanas desde a II Guerra Mundial.

China: Assembleia Nacional abre debates sobre o 14º Plano Quinquenal



A Assembleia Popular Nacional reúne-se uma vez por ano e incorpora à discussão as milhares de emendas surgidas no prévio debate do Plano com a população

Áreas pobres da Califórnia receberam apenas 16% das vacinas aplicadas no Estado

Totalizando 53.457 mortos desde o começo da pandemia do novo coronavírus no ano passado, a Califórnia, Estado mais populoso dos EUA, reservará 40% do próximo lote de vacinas para pessoas que vivem em regiões mais empobrecidas, numa tentativa de atenuar a crescente desigualdade exposta pela pandemia.

“As famílias que ganham mais de 120 mil dólares [por ano] têm o dobro do acesso às vacinas do que as comunidades de latinos e negros, que foram desproporcionalmente impactadas. “É isso que temos que reequilibrar. Temos que admitir isso”, afirmou o governador democrata Gavin Newsom.

O fato é que os moradores das regiões mais pobres da Califórnia receberam, até agora, tão somente 1,6 milhão de doses de vacinas das 10 milhões administradas – ou seja, 16% – em um Estado com 40 milhões de habitantes.

“Há uma desproporcionalidade na comunidade latina no Estado da Califórnia, na comunidade afro-americana também, mas é ainda mais desproporcional na comunidade latina”, reconheceu o

Sinopharm produzirá 3 bilhões de vacinas antiCovid/ano

A farmacêutica estatal chinesa Sinopharm expandirá sua capacidade de produção da vacina contra a Covid-19 para 3 bilhões de doses por ano, tornando-se a maior produtora mundial de vacinas contra o vírus, anunciou Yu Qingming, presidente da empresa, na quarta-feira (3).

Além das fábricas de vacinas em Pequim e Wuhan, o Grupo Sinopharm está aumentando a capacidade de produção e embalagem, e integrando a esse objetivo seus institutos nas regiões de Changchun, Xangai, Lanzhou e Chengdu, informou o dirigente em entrevista para o Diário do Povo.

Yu, que também é representante da Assembleia Po-

Vacina da Índia, Covaxin, apresenta 81% de eficácia

A primeira vacina totalmente nacional produzida na Índia contra o coronavírus, a Covaxin, demonstrou eficácia clínica de 81% na fase três dos testes. O anúncio foi feito na quarta-feira (3) pela empresa desenvolvedora da vacina, a Bharat Biotech.

“Dados de 25.800 participantes, [que] receberam vacina ou placebo em uma proporção de um para um, mostraram que a vacina foi bem tolerada. A Covaxin demonstrou eficácia de 81% na prevenção da COVID-19 naqueles sem infecção prévia após a segunda dose”, diz o comunicado.

Os estudos da fase três do imunizante envolveram participantes com idades entre 18 e 98 anos, incluindo 2.433 com mais de 60 anos e 4.500 com comorbidades.

A candidata a vacina, que já recebeu autorização para uso



Paciente com Covid em Hospital de Los Angeles, CA

governador Newsom. Recente reportagem do New York Times intitulada “Morrer de Covid em um hospital de Los Angeles” descreve a tragédia vivida por quem mais precisa nesta grande cidade californiana.

Segundo o jornal, oito de cada dez pessoas falecidas no hospital Martin Luther King eram latino-americanas, uma comunidade que tem as mais altas taxas de infecção pelo coronavírus em Los Angeles, seguido dos negros. “Os residentes mais pobres da cidade, muitos dos quais vivem

próximos do hospital, morrem quatro vezes mais por esta doença que as pessoas com maiores recursos econômicos”, registrou.

Conforme a enfermeira Michelle Goldson, a questão é que muitos pacientes não agem e se calam, por verem com desconfiança o sistema hospitalar periférico, só buscando socorro quando estão desesperados e extremamente enfermos. Goldson explicou que a pouca estrutura leva à falta de confiança e isso faz com que as mortes não se limitem aos casos graves. “Aqui, muitos estão morrendo”, conclui.

Outros 80 países e organizações internacionais também expressaram interesse nas vacinas da Sinopharm, disse o presidente do Grupo, observando que a empresa fornece mais de 100 milhões de doses para os mercados interno e externo e 60 milhões de doses foram administradas sem efeitos colaterais graves relatados.

Quanto às preocupações sobre a eficácia e segurança das vacinas, Yu disse que o imunizante foi aprovado para pessoas com 18 anos ou mais em 25 de fevereiro, incluindo o grupo de idosos. O usuário mais antigo das vacinas Sinopharm tem quase 100 anos, observou ele.

Leia mais no site do HP

segunda-feira (1º), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou uma inspeção na fábrica da empresa Bharat Biotech para verificar os requisitos técnicos das boas práticas de fabricação do imunizante.

O imunologista Eduardo Nolasco informou que a vacina indiana utiliza o vírus inativado, como a Coronovac, mas ainda possui o acréscimo de uma importante molécula protetora contra o vírus.

“Acrescentaram na vacina uma molécula que faz com que a resposta de linfócitos T seja aumentada. É o que se chama de resposta celular. É basicamente a formulação dela que difere da Coronovac, principalmente por conta desse indutor da resposta de linfócitos T”, explicou.

Leia completa em www.horadopoovo.com.br

O premiê Li Keqiang disse que “a China continuará em 2021 a enfrentar muitos riscos e desafios de desenvolvimento, mas os fundamentos que sustentam o crescimento de longo prazo permanecem inalterados”

Na sexta-feira (5) teve início a sessão anual do principal órgão legislativo chinês, a Assembleia Popular Nacional, que irá até o dia 11, e em paralelo já começou seus trabalhos a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), cuja abertura ocorreu no Grande Salão do Povo, com a presença do presidente Xi Jinping e outros altos líderes do país.

A Assembleia Popular e a Conferência Consultiva são formas tipicamente chinesas da substancial democracia institucionalizada no país e as “duas sessões” anuais se realizam em um momento particularmente singular.

Após a consagração da vitalidade e solidariedade da sociedade chinesa ao lograr o controle da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo em que o 13º Plano Quinquenal se concluiu com êxito, como demonstra a conquista do fim da pobreza extrema no país.

Outras expressões desses êxitos são a consolidação da economia chinesa pós crash de 2007-2008 como a mais dinâmica e de mais vínculos ganha-ganha do planeta, e com capacidade e moral para propor aos demais povos “uma comunidade de futuro compartilhado”.

E por coincidir com o centenário da fundação do Partido Comunista chinês.

Diante das “duas sessões”, estão colocados o debate e aprovação do 14º Plano Quinquenal – que guiará o desenvolvimento do país até 2025 e marcará a conquista do domínio da alta tecnologia. Ainda, as deliberações para aperfeiçoamento da democracia – e avanço da descolonização – em Hong Kong.

“Depois do difícil e desafiador ano de 2020, os participantes das duas sessões perceberam que têm maior responsabilidade e expectativas de contribuir para a recuperação econômica do país, mais abertura e reforma e plano de crescimento de longo prazo”, assinalou o Global Times. O jornal também se referiu ao preconceito e arrogância com que alguns meios de comunicação ocidental se referem à APN como mera “carimbadora” de decisões.

Como salientou Zhang Yesui, porta-voz da 4ª sessão anual da 13ª APN, com base na situação recente em Hong Kong, o sistema eleitoral da região administrativa especial (HKSAR) precisa ser atualizado, o que “é responsabilidade da APN no nível constitucional”.

2021: “ACIMA DE 6%”

Ao apresentar à Assembleia Popular Nacional o relatório de trabalho do governo, o primeiro-ministro Li Keqiang anunciou a meta de crescimento da economia chinesa para este ano de “mais de 6%”, o que, ele observou, “nos permitirá dedicar toda a nossa energia à promoção de reformas, inovação e desenvolvimento de alta qualidade”.

No ano passado, por causa da pandemia, a China deixou de estabelecer uma meta numérica de crescimento pela primeira vez em décadas, mas acabou por se tornar a única grande economia a crescer no mundo, com 2,3%, em 2020. Isso depois de uma queda histórica de 6,8% no primeiro trimestre.

“Alcançamos um grande sucesso estratégico em nossa resposta à Covid-19 e a China foi a única grande economia do mundo a alcançar o crescimento”, disse Li, acrescentando que o país também obteve uma vitória completa na luta contra a pobreza. A China tirou quase 100 milhões de pessoas da pobreza extrema.

O Relatório de Trabalho do Governo também definiu uma série de metas de desenvolvimento econômico e

social para 2021, incluindo a criação de 11 milhões de novos empregos urbanos, mantendo o teto da inflação (IPC) em cerca de 3% e reduzindo o consumo de energia por unidade do PIB em 3%.

Li também afirmou que a China manterá a continuidade, consistência e sustentabilidade das macropolíticas e perseverará em “uma política monetária prudente flexível e direcionada”. Sinalizando a normalização das condições econômicas, a China cortou a meta de proporção do déficit em relação ao PIB para 3,2% em 2021, de 3,7% no ano anterior.

“Em 2021, a China continuará a enfrentar muitos riscos e desafios de desenvolvimento, mas os fundamentos econômicos que irão sustentar o crescimento de longo prazo permanecerão inalterados. Devemos permanecer confiantes, enfrentar os desafios de frente e consolidar a base para a recuperação econômica para garantir o desenvolvimento econômico e social saudável”, disse o primeiro-ministro.

EXPECTATIVAS

O Global Times entrevistou participantes das “duas sessões”, sobre suas expectativas para as cruciais reuniões. “Agora finalmente saímos do momento mais sombrio e estou encarregada de trazer vozes do público ao governo central”, disse Huang Xihua, uma deputada da APN da província de Guangdong, no sul da China, após se referir aos “sérios desafios” trazidos pela pandemia.

“As duas sessões são uma janela para o mundo observar a China e espero que minhas propostas sobre recuperação econômica e seguro social sejam ouvidas e, espero, implementadas”.

Zhu Zhengfu, um proeminente advogado e membro do Comitê Nacional da CCPPC, relatou ter testemunhado, em apenas um ano, “como o país controlou a propagação do vírus e como o sistema político da China demonstrou suas vantagens para enfrentar a crise global de saúde”.

Zhu disse esperar que as sessões deste ano inaugurem uma nova era, trazendo mudanças para o ambiente de negócios, concorrência leal e proteção legal.

Nas “duas sessões” do ano passada, foram aprovadas propostas para melhorar o sistema geral de alerta e notificação de emergências, para inclusão da segurança biológica em um sistema de segurança nacional, o que entrará em vigor agora em 15 de abril. O que é uma expressão de como funciona o sistema democrático chinês.

Zhang Weiwei, professor e diretor do Instituto Chinês da Universidade Fudan em Xangai, disse ao GT que as duas sessões mostraram que a China tem uma democracia substancial institucionalizada, e seu desempenho, especialmente no ano passado, foi muito melhor do que o chamado sistema institucional ocidental, em termos de combate ao vírus e desenvolvimento.

“Este sistema, em tempos normais, pode garantir à China uma grande tarefa e, no período de emergência, é capaz de unir o país de 1,4 bilhão de pessoas para superar o desafio sem precedentes”, disse Zhang.

“Se você ler o relatório de trabalho do governo entregue pelo primeiro-ministro chinês na sessão anual da APN todos os anos e compará-lo com o discurso sobre o estado do União feito pelo presidente dos EUA no Congresso dos EUA todos os anos” – acrescentou –, “você aprenderá o que é democracia substancial e o que é democracia apenas no nome”.

Jair Bolsonaro e a sua “estratégia institucional de propagação do vírus”

Estudo intitulado “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil” aponta a intenção, o plano e a ação sistemática nas normas do Governo e nas manifestações de Bolsonaro em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA

O Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDI-SA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, reconhecida organização de justiça da América Latina, dedicam-se, desde março de 2020, portanto, há quase um ano, à tarefa de organizar dados federais e estaduais de atos e iniciativas que foram promovidas no combate ao coronavírus.

Na última semana, as duas instituições sistematizaram esses dados em uma edição especial sob o título Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil. Na apresentação do trabalho, uma conclusão incisiva: “Nossa pesquisa revelou a existência de uma **estratégia institucional de propagação do vírus**, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”.

Na análise do estudo, não fica sombra de dúvida sobre a intenção, o plano e a ação sistemática nas normas do Governo e nas manifestações de Bolsonaro, segundo aponta o estudo.

“Os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência de parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço na publicação para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo”, afirma o editorial da publicação.

Muito já se falou ao longo da pandemia que já se arrasta por quase um ano sobre a postura irresponsável, negacionista, anticientífica, desumana e genocida – para ficar por aqui nos qualificativos – de Bolsonaro e de sua trupe frente à maior crise sanitária enfrentada pelo país no último século, bem como as decisões que emanaram desse comportamento.

A análise dos documentos pelas duas instituições, divulgadas em primeira mão pelo jornal *El País* identifica uma sucessão de portarias, decretos, resoluções, instruções normativas, medidas provisórias, muitas das quais se tornaram leis, assim como inúmeros pronunciamentos do presidente da República que explicam, farta e contundentemente, porque o Brasil foi o país que apresentou um dos piores, senão o pior desempenho no enfrentamento do coronavírus, que se explica pelo número de contaminados e de mortes até hoje.

O conjunto dessas medidas desastrosas associado à resultante da vassalagem da diplomacia bolsonarista de renitente confronto com a China, país estratégico na produção dos insumos para as vacinas, e de apoio aos interesses do setor mais apodrecido do capitalismo norte-americano, representados pelo decadente Trump, o que se materializou

na submissão à preservação das patentes por parte dos grandes monopólios internacionais do setor farmacêutico, não poderia produzir outro resultado.

Coube a coordenação da pesquisa à jurista Deisy Ventura, pesquisadora da relação entre pandemias e direito internacional e coordenadora do doutorado em saúde global e sustentabilidade da USP; ao professor Fernando Aith, do Departamento de Política, Gestão e Saúde da FSP e diretor do CEPEDI-SA/USP, centro pioneiro de pesquisa sobre o direito da saúde no Brasil; a Camilla Lissa Asano, coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; e à professora Rossana Rocha Reis, do departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da USP.

Os responsáveis pelo trabalho estabeleceram uma linha do tempo, a partir de três eixos principais, apresentados cronologicamente, de março de 2020, quando foi identificado o primeiro caso de coronavírus no país, aos primeiros 16 dias de janeiro de 2021, quando surgiram fortes indícios de recrudescimento da pandemia.

Os eixos são os seguintes:

1) atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais;

2) atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e

3) propaganda contra a saúde pública, definida como “o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da covid-19”.

A publicação não reúne todas as normas e manifestações, pois são muitas, e foram compiladas a partir de uma pesquisa na base de dados do projeto Direitos na Pandemia, à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União, além de documentos e discursos oficiais. No eixo que definem como propaganda, foi também realizada uma busca na plataforma Google para a coleta de vídeos, postagens e notícias.

O estudo chega a conclusões bastante óbvias:

– “a maioria das mortes seriam evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença, o que constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros, sem que os gestores envolvidos sejam responsabilizados, ainda que instituições como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União tenham, inúmeras vezes, apontado a inconformidade à ordem jurídica brasileira de condutas e de omissões conscientes e voluntárias de gestores federais”.

Diante disso, destacam:

– “a urgência de discutir com profundidade a configuração de crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a huma-



nidade durante a pandemia de covid-19 no Brasil”.

Foram muitas as ações (ou omissões) em desfavor do combate à pandemia e de incentivo à propagação do vírus que prejudicou a assistência aos doentes na rede pública de Estados e municípios, enquanto era mantida uma guerra crônica contra governadores e prefeitos que tentavam e tentam implementar medidas de prevenção e combate ao vírus foi uma constante.

Além disso, através de seus vetos, Bolsonaro anulou mesmo as medidas mais básicas, como obrigatoriedade de máscaras dentro de estabelecimentos com autorização para funcionar. Muitas de suas medidas e vetos foram depois derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelo próprio Legislativo.

A situação só não foi mais trágica porque o Congresso Nacional conseguiu mitigar alguns efeitos da crise econômica com as medidas emergenciais aos que mais precisam, mas as que dependiam do Executivo, como o crédito barato e carenciado ao setor produtivo, foram flagrantemente sabotadas.

Esse é outro ponto importante: a análise dos dados mostra também o quanto a situação do Brasil poderia ser ainda mais trágica caso o STF e outras instâncias não tivessem barrado várias das medidas de propagação do vírus produzidas pelo Governo. É possível fazer o exercício de projetar o quanto todos esses esforços, somados e associados a um governo disposto a prevenir a doença e combater o vírus, poderiam ter feito para evitar mortes em um país que conta com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em vez disso, Bolsonaro produziu uma guerra em que a maior parte da energia de parte das instituições e da sociedade organizada foi dissipada para reduzir os danos produzidos por suas ações, em vez de se concentrar em combater a maior crise sanitária em um século.

O uso da máquina do Estado para promover destruição tem sido determinante para produzir a realidade atual de mais de 1.000 covas abertas por dia para abrigar pessoas que poderiam estar vivas. Na gaveta de Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara, há mais de 60 pedidos de impedimento. No Tribunal Penal Internacional, pelo menos três comunicações relacionam genocídio e outros crimes contra a humanidade à atuação de Bolsonaro e membros do governo relacionadas à pandemia.

Os principais pontos da linha do tempo das ações de Jair Bolsonaro e seu Governo

Março de 2020 – “Pequena crise”

CASOS ACUMULADOS: 19 – ÓBITOS ACUMULADOS: 0

Uma portaria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tenta abrir uma brecha para o acesso de não indígenas, “em caráter excepcional”, com o objetivo de realizar “atividades essenciais” em territórios de povos isolados. A medida busca usar a covid-19 para criar uma porta de acesso a comunidades que nunca tiveram contato com seus vírus e bactérias) ou que decidiram viver sem contato.

O que Bolsonaro diz:

“OBIAMENTE TEMOS NO MOMENTO UMA CRISE, UMA PEQUENA CRISE. NO MEU ENTENDER, MUITO MAIS FANTASIA. A QUESTÃO DO CORONAVÍRUS, QUE NÃO É ISSO TUDO QUE A GRANDE MÍDIA PROPAGA OU PROPAGA PELO MUNDO TODO”

Em 7/3, em Miami, na Flórida, região considerada de alto risco, pelo menos 23 pessoas de sua comitiva foram infectadas

Abril de 2020 – troca de ministro

CASOS ACUMULADOS: 20.818 – ÓBITOS ACUMULADOS: 699

Bolsonaro demite o ministro da Saúde durante a pandemia. Luiz Henrique Mandetta, além de político, é médico. A principal razão da demissão é a discordância sobre o uso da cloroquina e sobre a atuação pautada pelas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao final de março, segundo Mandetta, o presidente passou a buscar assessoria para se contrapor aos dados e à estratégia do Ministério da Saúde: “O Palácio do Planalto passou a ser frequentado por médicos bolsonaristas. (...) Ele [Bolsonaro] queria no seu entorno pessoas que dissessem aquilo que ele queria escutar. (...) Nunca na cabeça dele houve a preocupação de propor a cloroquina como um caminho de saúde. A preocupação dele era sempre: ‘Vamos dar esse remédio porque, com essa caixinha de cloroquina na mão, os trabalhadores voltarão à ativa, voltarão a

produzir’. (...) O projeto dele para o combate à pandemia é dizer que o governo tem o remédio e quem tomar o remédio vai ficar bem. Só vai morrer quem ia morrer de qualquer maneira”.

O Congresso aprova o auxílio emergencial de 600 reais, medida parlamentar que seria equivocadamente associada a Bolsonaro por grande parte dos beneficiados, resultando em aumento de popularidade para o presidente.

O que Bolsonaro diz:

“E DAI? LAMENTO, QUER QUE FAÇA O QUÊ? EU SOU ‘MESSIAS’, MAS EU NÃO FAÇO MILAGRE”

(28/4, ao comentar o número de mortos durante uma entrevista, fazendo referência ao seu nome do meio)

Maio de 2020 – guerra com os estados E MAIS UMA DEMISSÃO DO MINISTRO DA SAÚDE

CASOS ACUMULADOS: 155.939 – ÓBITOS ACUMULADOS: 3.877

Bolsonaro usa decretos para boicotar as determinações de prevenção e combate à covid-19 de estados e municípios. Para isso, amplia o entendimento do que é atividade essencial durante uma pandemia e que, portanto, pode seguir funcionando apesar do agravamento da emergência sanitária. Assim, a área de construção civil, salões de beleza e barbearias, academias de esporte de todas as modalidades e serviços industriais em geral passam a ser “atividades essenciais”.

O presidente tenta ainda isentar os agentes públicos de serem responsabilizados, civil e administrativamente, por atos e omissões no enfrentamento da pandemia. Bolsonaro também veta o auxílio emergencial de 600 reais mensais instituído pelo Congresso a pescadores artesanais, taxistas, motoristas de aplicativo, motoristas de transporte escolar, entregadores de aplicativo, profissionais autônomos de educação física, ambulantes, feirantes, garçons, babás, manicures, cabeleireiros e professores contratados que estejam sem receber salário. Pela lei aprovada pelo parlamento, essas categorias seriam contempladas pelo auxílio emergencial, para que pudessem fazer isolamento para se proteger do vírus.

O novo ministro da Saúde, médico Nelson Teich, se demite: “Não vou manchar a minha história por causa da minha história”. Assume o posto, interinamente, o general da ativa Eduardo Pazuello. Em sole-



Bolsonaro e sua atuação criminosa na pandemia. Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil

nidade oficial, o militar afirmou que, antes de assumir o cargo, “nem sabia o que era o SUS”. A militarização do ministério se amplia ainda mais. Um protocolo do Ministério da Saúde determina o uso de cloroquina para todos os casos de covid-19, medicamento comprovadamente sem eficácia para combater o novo coronavírus.

Bolsonaro abre guerra contra governadores. O Conselho Nacional da Saúde denuncia que mais de 8 bilhões de reais destinados ao combate à pandemia deixaram de ser repassados aos estados e municípios, que sofrem com a falta de insumos básicos, respiradores e leitos. O CNS lança a campanha “Repassa já!”.

O que Bolsonaro diz:

“SE FOR ISSO MESMO, É GUERRA. SE QUISEREM EU VOU A SÃO PAULO, VOCÊS TÊM QUE LUTAR CONTRA O GOVERNADOR”

(14/5, em videoconferência promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), incitando os empresários a lutar contra o “lockdown”)

Junho de 2020 – Apagão de dados

CASOS ACUMULADOS: 850.514 – ÓBITOS ACUMULADOS: 42.720

Bolsonaro incita seus seguidores a invadir hospitais e filmar, com a justificativa de que os números de doentes e de ocupação de leitos estão inflacionados. Em 3 de junho, o Governo divulga dados sobre a covid-19 com atraso, após as 22h. Em 5 de junho, o site do Ministério da Saúde sai do ar e retorna no dia seguinte apenas com informações das últimas 24 horas. A tentativa de encobrir os números de doentes e de mortos por covid-19 é denunciada pela imprensa. A sociedade perde a confiança nos dados oficiais e seis dos principais jornais e sites de jornalismo — G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL — formam um consórcio para registrar os números da pandemia.

O que Bolsonaro diz:

“ARRANJA UMA MANEIRA DE ENTRAR E FILMAR. MUITA GENTE TÁ FAZENDO ISSO, MAS MAIS GENTE TEM QUE FAZER PARA MOSTRAR SE OS LEITOS ESTÃO OCUPADOS OU NÃO, SE OS GASTOS SÃO COMPATIVELIS OU NÃO”

(10/6, em transmissão ao vivo no Facebook)

Julho de 2020 – vetos da maldade

CASOS ACUMULADOS: 1.839.850 – ÓBITOS ACUMULADOS: 71.469

Bolsonaro veta a obrigatoriedade do uso de máscaras em estabelecimentos comerciais e industriais, templos religiosos, escolas e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas. Também veta a multa aos estabelecimentos que não disponibilizem álcool em gel a 70% em locais próximos às suas entradas, elevadores e escadas rolantes.

Continua no site